

# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 04 - Nº 33 - FEVEREIRO 2019



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



**INTERNACIONAL**

**ESTADO**

**POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA**

**SEGURANÇA PÚBLICA**

**SOCIAL**

**ECONOMIA**

**TERRITORIAL**

**MUNICÍPIOS**

**COMUNICAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS**

# APRESENTAÇÃO

A edição de fevereiro do *Boletim de Análise da Conjuntura* sai em um momento político marcado pelo início do governo federal liderado pela extrema direita e um programa que, mesmo não tendo sido discutido no processo eleitoral, pretende desmontar o Estado e destruir as bases da construção nacional. Para um acompanhamento mais sistemático dessas ações, a Fundação Perseu Abramo lançou outra publicação mensal, *De Olho no Governo*, que oferece informações complementares a respeito deste tema.

Aqui, na seção **Internacional** se faz uma cobertura sobre a crise política em torno da Venezuela, um conflito cuja resolução definirá rumos da política no hemisfério. Em **Estado** o boletim detalha a presença dos militares em espaços importantes da gestão do novo governo e analisa sua participação em eventos críticos.

Em **Política e Opinião Pública** os temas do mês são os primeiros escândalos de corrupção do governo Bolsonaro e a família do presidente. A seção trata também da composição das mesas da Câmara e do Senado. Nesta edição, estreia uma nova seção dedicada à **Segurança Pública**, que trata o pacote chamado “anticrime” proposto pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

No tema **Social** são apresentados o panorama da Organização Internacional do Trabalho para o mercado de trabalho no ano de 2019 e os desafios trazidos pela persistência no Brasil da alta desocupação, crescente informalidade e subutilização. Também são abordados fatos relevantes da saúde

e educação no país e sobre a Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, a chamada reforma da Previdência.

A seção de **Economia** mostra que as políticas neoliberais executadas a fórceps no Brasil entregam sua criatura: em 2018 a economia encerrou o quarto ano em depressão econômica. Sob o comando dos interesses rentistas, o PIB per capita não saiu do lugar, enquanto o orçamento público vai sendo espremido para que haja folga financeira para arcar com os juros que fazem a alegria dos credores da dívida pública.

Em **Territorial**, o boletim traz um estudo sobre as áreas de risco pela possibilidade de tragédias naturais como deslizamentos de terra e alagamentos que afligem grande parte da população brasileira. Outra seção que estreia, **Municípios**, discute como a proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro atingirá prefeituras e por que os governos locais devem se opor a essa iniciativa.

A **Comunicação** analisa a cobertura dos veículos da imprensa tradicional brasileira sobre a reforma da Previdência e outras prometidas pelo atual governo e dos principais temas destacados sobre o Brasil na imprensa internacional. Mostra também a Previdência como um dos temas mais presentes nas redes sociais em fevereiro.

Por fim, na seção de **Movimentos Sociais** se oferece uma análise do pacote apresentado pelo ministro Sérgio Moro observado desde o ponto de vista das populações das periferias, como parte de uma economia do terror e de espaços de morte.



# INTERNACIONAL



*O texto registra a crise política venezuelana, que se acirrou após o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, autoanunciar-se “presidente encarregado” do país e apoiar a entrega forçada de “ajuda humanitária” estadunidense através das fronteiras do Brasil e da Colômbia. Neste meio tempo, por iniciativa dos governos do Uruguai e do México, foi criado o Mecanismo de Montevidéu, com a participação também de alguns países europeus, para tentar mediar negociações entre o governo da Venezuela e a oposição.*

## A crise política e econômica na Venezuela

O começo de 2019 tem sido conturbado para a Venezuela, país que há alguns anos passa por uma grave crise econômica e política. Logo após Nicolás Maduro, do partido PSUV, tomar posse para seu segundo mandato, no dia 10 de janeiro, o opositorista e presidente da Assembleia Nacional Juan Guaidó, do partido Voluntad Popular, de extrema direita, se autodeclarou presidente interino, tentando solapar as eleições de maio de 2018, que haviam dado a vitória a Maduro. Apesar deste questionamento, deve-se considerar que o mesmo sistema eleitoral que deu a vitória a Maduro também elegeu Guaidó, e na Venezuela o voto é facultativo. A eleição do ano passado foi acompanhada por observadores estrangeiros, entre eles o ex-presidente do governo espanhol José Luiz Zapatero, que respaldaram a lisura do processo.

Embora a postura de Guaidó seja absolutamente ilegal de acordo com a legislação venezuelana, ele é reconhecido por vários países ocidentais, entre eles os Estados Unidos, que apoiariam qualquer um que

pudesse tirar o chavismo do poder, pois o governo Trump está em plena campanha para promover “mudanças de regimes” na Venezuela, Nicarágua e Cuba. Ele fez questão de anunciar publicamente que o socialismo acabará nestes três países. O Brasil, a Argentina, o Chile, o Paraguai, o Peru, a Colômbia e alguns outros na América Latina e Caribe, bem como alguns europeus como o Reino Unido e França, o apoiam nesse intento.

No entanto, as tentativas estadunidenses de aprovar o reconhecimento de Guaidó na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Conselho de Segurança da ONU fracassaram, pois os votos necessários para isso não foram obtidos, apesar da cumplicidade do secretário-geral da OEA, Luis Almagro, e, na ONU, a China e a Rússia terem vetado a resolução. Outros integrantes do Conselho de Segurança, como a África do Sul, também se pronunciaram contra.

O que torna a Venezuela tão especial para ser palco dessa disputa, já que outros países na América La-

tina e Caribe, como a Argentina e o Haiti, também passam por crises importantes, mas não recebem tantos holofotes, é a sua principal fonte de receita, o petróleo. O nosso vizinho tem a maior reserva mundial deste produto e todo o setor petrolífero do país foi nacionalizado durante o governo de Hugo Chávez, ferindo interesses de companhias produtoras estrangeiras, como as estadunidenses e as europeias. Ter um território próximo, cheio de petróleo e com um governo subserviente seria ótimo para os Estados Unidos.

Depois das tentativas fracassadas de obter apoio na OEA e ONU, o governo Trump voltou à ofensiva por meio das táticas das sanções econômicas unilaterais para agravar ainda mais a precária situação econômica da Venezuela e oferecer “ajuda humanitária”, o que nos recorda do ocorrido na Líbia durante a “Primavera Árabe”, onde a “ajuda” foi imposta por meios militares, terminou com a deposição de Muamar Kadafi e inaugurou um caos no país que prossegue até hoje. Aliás, há analistas internacionais que argumentam que interessa aos EUA que os países que querem controlar não tenham governança estruturada como são atualmente os casos do Afeganistão, Líbia e Somália. A Síria escapou desse destino graças à intervenção russa a favor do governo Assad.

Os Estados Unidos em seu cerco à Venezuela e tentativas de derrubar Maduro contam, principalmente, com a ajuda dos governos do Brasil, da Colômbia e dos Países Baixos que, por sua vez, possuem colônias na vizinhança como Aruba e Curaçau. Pretendem, a partir destes territórios, fazer a entrega de alimentos e remédios que o governo venezuelano com razão tem recusado, pois o pedido de ajuda a outros países deve ser feito pelo governo legítimo e não pela oposição. E além disso, o mecanismo adequado para distribuir ajuda em qualquer país cabe a organismos como a ONU, Cruz Vermelha, entre outros. Se houvesse realmente a intenção de ajudar o povo venezuelano, a primeira medida que os EUA deveriam adotar seria suspender as sanções econômicas que bloquearam 11 bilhões de dólares da Venezuela, enquanto a oferta de “ajuda humanitária” representa apenas 20 milhões de dólares, o equivalente a 0,18% do valor bloqueado.

Este final de mês será decisivo para os desdobramentos de um possível ataque, pois Guaidó anunciou que a “ajuda humanitária” será entregue dia 23 de fevereiro. Por outro lado, o governo uruguaio, com apoio do México, do secretário-geral da ONU e de alguns países europeus, promoveu uma reunião e criou o “Mecanismo de Montevideú”, com a intenção de intermediar negociações entre o governo Maduro e a oposição para buscar algum acordo que dê saída para a crise política na Venezuela e evitar uma guerra civil e a intervenção externa. O próximo passo desta iniciativa seria a visita de uma delegação ao país para realizar encontros com as partes, porém a data não está confirmada ainda.

O Brasil desde o malfadado governo Temer tem hostilizado Nicolás Maduro, e o tom beligerante subiu com Bolsonaro. No entanto, quanto à intenção dos EUA de intervir na Venezuela, o governo brasileiro tem sido ambíguo. Após uma reunião entre alguns integrantes como o vice-presidente general Hamilton Mourão, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o da Casa Civil, Onyx Lorenzoni e o do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, foi decidido que uma força tarefa em Roraima contribuirá com a logística da entrega da “ajuda humanitária” nesta fronteira.

Porém, o governo tem sinalizado que não aceitará a participação de militares estadunidenses e tampouco participará de uma intervenção armada, ao mesmo tempo em que aceitou a nomeação do general Alcides de Farias Jr. para ocupar o posto de subcomandante no Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos, unidade que opera frente aos territórios da América Central, Sul e Caribe. A nomeação foi anunciada dias depois de o Almirante Craig S. Faller, chefe do Comando Sul e que defendeu a participação brasileira numa possível intervenção militar na Venezuela em discurso ao Senado americano, visitar o Itamaraty e ser recebido por Araújo.

A política adotada pelo governo brasileiro fere profundamente nossa Constituição, que é muito clara quanto aos princípios de autodeterminação dos povos, de não intervenção e de solução pacífica dos conflitos, sem mencionar que o alinhamento automático com os EUA havia sido superado na nossa

política externa. A criação da Unasul, que os governos que combatem a Venezuela agora tentam destruir, caminhava a passos largos, alguns anos atrás, para a definição de uma política de segurança sul-americana comum. Além disso, uma guerra na nossa fronteira deixará sequelas em função do fluxo de refugiados que provocará e do precedente que uma intervenção deste nível criará.

Há que ver qual será a postura que dois parceiros do Brasil nos Brics adotarão, China e Rússia, pois, apesar da distância geográfica, este último realizou exercícios militares conjuntos com a Venezuela no final do ano passado. Os interesses de ambos esta-

riam em jogo com uma possível mudança na presidência venezuelana e seu alinhamento ao governo estadunidense, o que abriria as portas do país para as companhias petrolíferas dos Estados Unidos em detrimento do fornecimento atual, particularmente, para a China.

De todo modo, a posição dos democratas do mundo deveria ser em defesa da paz, da não ingerência externa e do direito do povo venezuelano à autodeterminação. É neste sentido que devemos pressionar o atual governo brasileiro e apoiar o Mecanismo de Montevidéu.

# ESTADO



*Os dois primeiros meses do governo Bolsonaro foram marcados por diversas tensões entre a governabilidade e o caos. De um lado, o Executivo apresentou sua pauta prioritária: a revisão da regulamentação da posse de armas, o “pacote Sérgio Moro” para a segurança pública e o “pacote Paulo Guedes” para a Previdência Social. De outro lado, a Esplanada dos Ministérios protagonizou episódios polêmicos com declarações medievais da ala olavista formada pela trinca Ernesto Araújo, Ricardo Vélaz e Damares Alves*

## **Bolsonaro e os militares: poder de voto e poder de veto**

O Palácio do Planalto enfrentou momentos delicados com revelações obscuras sobre o clã bolsonarista envolvendo possíveis ligações com milícias, corrupção e toda sorte de ilícitos. O cenário tem provocado divergências entre os analistas. Há os que encontram a lógica na desordem, atribuindo ao governo a estratégia de camuflar sua agenda ultraliberal de reformas econômicas nas “cortinas de fumaça” das pautas ultraconservadoras da moral e dos costumes; há os que enxergam a desordem da lógica, caracterizando o governo a partir da ausência completa de táticas para coordenar as decisões e ações dos seus diversos núcleos (de parlamentares, do mercado, da Justiça, da ideologia, dos militares e da própria família).

A despeito das variações nas leituras desses sessenta dias, ao menos um consenso se estabeleceu: diante desse condomínio privado e difuso de interesses mercantis e particulares, um grupo merece destaque e atenção por ter se posicionado estrategicamente e por ter se distribuído de maneira

organizada, feito agulhas de acupuntura no corpo do Estado: os militares. Sem dúvida, já se trata do grupo mais relevante no interior da estrutura do Executivo. Vejamos.

Os militares das forças armadas conformam o grupo com maior presença na esplanada do governo Bolsonaro. Ao todo, esse segmento ocupa agora oito ministérios como titulares, são eles: Gabinete de Segurança Institucional (Gen. Augusto Heleno); Secretaria de Governo (Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz); Secretaria-Geral da Presidência (Gen. Floriano Peixoto); Defesa (Gen. Fernando Azevedo e Silva); Infraestrutura (Cap. Tarcísio Gomes de Freitas); Minas e Energia (Alm. Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.); Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Ten. Cor. Marcos Pontes); Controladoria Geral da União (Cap. Wagner Rosário).

Além disso, os militares estão presentes em postos de direção ou em conselhos de administração de algumas das maiores empresas estatais do país, tais como: Petrobras, Eletrobras, Itaipu Binacional,

Telebras, Correios e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Como se pode observar, as forças armadas ocuparam áreas já tradicionalmente militarizadas, como o GSI e a Defesa, mas também marcam presença em áreas econômicas estratégicas para grandes projetos e investimentos (como Infraestrutura, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia). Mais ainda, a presença desse núcleo se faz sentir na área jurídica, comandando a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e a CGU, além de estarem em secretarias de natureza fundamentalmente política, como nos casos da Secretaria de Governo e da Secretaria Geral da Presidência, onde também assumiram o posto de porta-voz da Presidência da República. Chama também atenção a presença contundente no Ministério da Educação, fundamentalmente nas áreas ligadas ao ensino superior; no Ministério dos Direitos Humanos, ocupando a Fundação Nacional do Índio (Funai); no Ministério da Cidadania, na pasta responsável pelos Esportes; no Ministério do Desenvolvimento Regional, com o departamento responsável pela Defesa Civil; no Ministério da Agricultura, ocupando o Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra).

Além da atuação nas áreas finalísticas já elencadas, os militares marcam presença intensa também em áreas-meio, de gestão, em diversos ministérios, tais como planejamento, orçamento, licitação, logística, projetos e comunicação.

Há uma presença predominante de generais do Exército. Os oficiais da Marinha estão concentrados na área de Minas e Energia e os oficiais da Aeronáutica no setor de Ciência e Tecnologia. Os únicos ministérios que até o momento não contam com a presença de militares em cargos estratégicos são: Casa Civil, Saúde, Turismo e Relações Exteriores. Mas esses dois últimos casos também podem ser em breve objeto de incidência militar. No Turismo os escândalos de corrupção têm ameaçado o ministro do PSL, nas Relações Exteriores a política conservadora e extravagante do atual chanceler tem deixado as forças armadas em alerta para uma eventual incidência mais direta sobre o Itamaraty.

Por todos esses motivos não parece exagerado afirmar que os militares compõem o grupo mais bem

distribuído estrategicamente nos postos do governo e em condições de impor alguma tutela sobre o bolsonarismo caso a conjuntura conduza a esse cenário.

Uma tamanha ocupação da estrutura do Estado colocou os militares em posição privilegiada para causar ou mediar conflitos no interior do governo. Nesse sentido, chamou a atenção a atuação dos fardados no “caso Carlos Bolsonaro vs. Gustavo Bebianno. O filho 2 de Jair Bolsonaro provocou a primeira grande crise do governo ao duelar e demitir pelo Twitter o secretário-geral da Presidência. A querela entre o filho apelidado de Pitbull e o ministro alcunhado de Guarda-Costas deu pistas importantes sobre o modus vivendi e as fragilidades desse governo.

O caso trouxe à tona problemas como a ingerência dos filhos do presidente na dinâmica do governo, a vulnerabilidade do PSL diante de esquemas ilícitos, o acirramento das rusgas de Bolsonaro com o grupo Globo, a dificuldade que o governo tem de organizar gestões de crise sem amplificar os problemas e a tibieza do presidente em enfrentar situações delicadas e tomar decisões em tempo adequado.

Mas, além disso, o caso explicitou o papel dos militares como os principais mediadores de conflitos intragovernamentais. A farda entrou em missão com um duplo objetivo: ou manter Bebianno no seu posto de modo a torná-lo devedor da tutela militar ou aceitar a retirada de Bebianno de seu cargo e substituí-lo por mais um general. Nos dois casos os militares sairiam vitoriosos, dado que ampliariam sua influência sobre os ministérios e sobre a agenda do presidente. Não se sabe se por instinto clânico e paternal ou se por outros interesses ainda pouco claros, fato é que Bolsonaro arbitrou em favor de Carlos e contra Bebianno, consumando a assunção do oitavo general ministro. O resultado: o Planalto foi definitivamente povoado por militares, restando apenas um único civil, Onyx Lorenzoni, também elencado na lista de figuras que, por implosão ou explosão, pode ser tirado de cena a qualquer momento e por qualquer deslize.

Alguns analistas enxergaram no episódio uma derrota da ala militar. Jânio de Freitas qualificou o episódio como a materialização de que “Bolsonaro pôs-se acima da tutela dos generais, o que era

imprevisto e significa a diminuição deles (...). Bolsonaro impôs aos generais uma vitória para o filho. Negou-os como força que compartilhe o poder. Bebianno foi demitido”.

Para o jornalista, esse argumento seria endossado ainda pela derrota sofrida pelo governo na Câmara com a derrubada do decreto ampliando o sigilo de documentos oficiais. No entanto, tratar a ação de Bolsonaro como derrota dos militares, a despeito de eles terem aumentado influência nos ministérios, pode ser algo precipitado, do mesmo modo a derrubada do decreto de sigilo parece menos uma derrota de Mourão e mais uma demonstração de força do Legislativo para o Executivo.

Uma interpretação mais sugestiva foi ensaiada pelo jornalista Mario Vitor Santos, que em meio ao tiroteio de vazamentos de áudios, pinçou uma importante declaração de Bebianno: “minha relação é maravilhosa com todos os generais. O senhor se lembra que, no início, eu não podia participar daquelas reuniões de quarta-feira, porque os generais teriam restrições contra mim. Eu não entendia que restrições eram aquelas, se eles nem me conheciam. O senhor hoje pergunte para eles qual o conceito que eles têm a meu respeito, sabe, capitão?”

A partir da audição atenta do trecho, o jornalista nota: “de todas as informações surpreenden-

tes, apesar de a mídia corporativa ter se fixado na, desconcertadora para ela, constatação de que Bolsonaro mente, a mais relevante foi a menção, feita por Bebianno a Bolsonaro numa das conversas, da existência de um suposto encontro nas quartas-feiras, com a participação dos generais - e provavelmente do próprio Bolsonaro. E, mais importante, nesses encontros, os generais, deduz-se do relato de Bebianno, teriam poder de veto sobre quem participa ou não daquela instância, poder de veto inclusive acima do próprio capitão presidente da República”

Noutras palavras, o então secretário-geral da Presidência dá notícias de uma instância decisória no interior do Palácio do Planalto da qual participam apenas quem dispõe da autorização dos militares. Isso pode ser um indício de que, na prática, o grupo dos militares já dispõe de algum grau de autonomia relativa em sua atuação no interior do governo.

Se, por um lado, Bolsonaro dispõe do poder de voto oriundo das urnas, por outro lado, é possível que os militares possam exercitar o poder de veto sobre a agenda do presidente e do governo, e, como se sabe, na dinâmica dos pesos e contrapesos das práticas estatais, quem veta também decide, pois o poder de dizer “não” é o imperativo categórico do Estado real.



# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Esta seção trata dos primeiros escândalos de corrupção do governo Bolsonaro, envolvendo o pagamento de recursos do fundo público de campanha a candidatos laranja, para repasse a outros candidatos. Aborda também o caso Queiroz, que envolve movimentação suspeita de recursos do ex-assessor do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, incluindo nomeação de milicianos no gabinete. Por fim, a composição das mesas diretoras e as presidências de comissões permanentes na Câmara dos Deputados e do Senado Federal.*

## **Bolsonaro: a safra de laranjas será maior neste ano**

Esta poderia ser uma boa notícia para o setor agrícola, mas infelizmente não se trata disso. Passadas as eleições que deram a vitória a Jair Bolsonaro, do PSL, sob fortes acusações de uso ilícito de propaganda eleitoral pelas redes sociais, vieram à tona os primeiros escândalos de desvios de verba do PSL e, conseqüentemente, do novo governo.

Já em dezembro, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou uma série de transações financeiras suspeitas em contas de Fabrício Queiroz, totalizando movimentação de 1,2 milhão de reais em uma conta de Fabrício Queiroz, ex-policia, segurança, motorista e assessor parlamentar do senador eleito Flávio Bolsonaro, filho do presidente.

A conta de Queiroz também registrava um cheque de 24 mil reais à primeira-dama Michelle Bolsonaro, que, segundo explicações de Jair Bolsonaro, se referia ao pagamento de parte de uma dívida de 40 mil reais de Queiroz com a família do presidente.

A movimentação financeira de Fabrício Queiroz também mostrou que funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de

Janeiro (Alerj) repassavam no dia do pagamento ou até três dias depois um percentual de seus salários para a conta de Queiroz, também acusado de indicar a contratação de parentes do ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope) Adriano Magalhães Nóbrega, um dos líderes da milícia que atua na comunidade de Rio das Pedras, para o gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro.

Com base nos relatórios do Coaf, as movimentações financeiras de Fabrício Queiroz chegaram a 7 milhões de reais, e o Ministério Público abriu procedimento e investigação criminal contra ele, que alegou motivos de saúde e não compareceu aos depoimentos marcados para explicar sua movimentação. Essa explicação foi dada em entrevista ao SBT, na qual Queiroz disse que os mais de 1,2 milhão de reais que passaram por sua conta eram provenientes de negócios de venda de automóveis.

Os depósitos de funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro na Alerj não foram explicados. A Polícia Federal suspeita de um esquema de nomeação de funcionários fantasmas e devolução de parte dos salários para deputados e servidores.

Poucos dias depois, relatório Coaf acusou o senador

eleito Flávio Bolsonaro de ter recebido 96 mil reais por meio de 48 depósitos de 2 mil reais feitos em um caixa eletrônico da Alerj. Em entrevista à TV Record, Flávio afirmou que as movimentações em sua conta bancária se referem à compra e venda de imóvel e que os 48 depósitos eram referentes a esse imóvel.

Flávio Bolsonaro também não compareceu ao depoimento marcado pelo Ministério Público para se explicar, mas antecipou-se a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender as investigações, o que foi negado pelo ministro Marco Aurélio Mello. No final de janeiro, a Corregedoria-Geral da União, órgão integrante da Controladoria-Geral da União, passou a decidir diretamente pelo arquivamento de investigações. Indiretamente, Flávio Bolsonaro pode vir a ser beneficiado por essa alteração.

Somado ao caso que envolve diretamente a família Bolsonaro, outros escândalos de repasses ilegais de verba pública para candidaturas laranjas do PSL, o partido de Bolsonaro, já vieram a público nesses primeiros cinquenta dias de governo.

O primeiro deles envolve um esquema de candidaturas laranja do PSL de Minas Gerais, comandado pelo ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. O partido repassou 279 mil reais do fundo de campanha para quatro candidatas a deputadas em Minas Gerais, que devolviam o dinheiro em seguida. A denúncia foi confirmada pela candidata a deputada estadual e professora aposentada Cleuzenir Barbosa, que recebeu 60 mil reais do PSL e deveria transferir 30 mil para a conta de uma gráfica.

Em Pernambuco, o esquema envolveu um desvio de mais de 1,2 milhão de reais de verba do fundo de campanha do PSL para candidaturas laranjas, repassados para pagamento de serviços gráficos. O esquema revelado envolvia a candidata a deputada estadual Maria de Lourdes Paixão, a terceira maior beneficiada com verba do PSL em todo o país, que obteve apenas 274 votos. Ela recebeu 400 mil reais do fundo eleitoral de campanha e devolveu 380 mil reais para a gráfica Vidal Assessoria e Gráfica Ltda., pertencente a Luís Alfredo Vidal, dirigente do partido em Pernambuco e amigo da família Bolsonaro.

O escândalo foi o estopim que motivou o desentendimento entre o filho de Bolsonaro Cláudio e Gustavo Bebianno e levou à demissão do então

ministro da Secretaria-Geral da Presidência, primeira baixa no ministério, alcançada em tempo recorde, só superada pela demissão de Romero Jucá, no ministério de Michel Temer, após vazamento de áudio em que relatava as intenções do golpe que depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Mal resolvida a demissão do ministro, surgiu mais um escândalo envolvendo o repasse do fundo público eleitoral do diretório nacional do PSL, desviado para a contratação da empresa Ale Soluções e Eventos, pertencente a Alessandra Ferreira de Oliveira, primeira-tesoureira do partido no Rio de Janeiro, presidido por Flávio Bolsonaro. A empresa recebeu 55,3 mil reais por meio de pagamentos feitos por 42 candidatos da legenda no Estado, das quais 26 tiveram menos de 2 mil votos. Mais da metade do dinheiro enviado a essas candidaturas foi repassado para a empresa Ale e para um escritório de advocacia e beneficiou parentes da tesoureira do PSL no Rio.

Comparados a todos os governos da Nova República, Jair Bolsonaro, que fez da luta contra a corrupção uma das principais bandeiras de sua campanha e pregou uma nova forma de fazer política, é o que apresenta em menor tempo (apenas cinquenta dias) o maior número de escândalos. Até mesmo contra o governo Collor, sabidamente um dos mais corruptos da história recente do Brasil, as primeiras denúncias de corrupção só surgiram após os cem primeiros dias de mandato.

As apurações estão apenas começando, há fortes rumores de agravamento das crises e escândalos que envolvem o desvio de dinheiro público para facilitar a eleição da família Bolsonaro. Ao que tudo indica, essa será a maior safra de laranjas que os governos brasileiros plantaram. Mais do que isso, o aprofundamento das investigações deve revelar a banda podre desse laranjal associada às milícias do Rio de Janeiro e a uma formação não transparente e pouco honesta do partido que o elegeu, evidenciando o quanto essa eleição foi ilegítima.

### **Mesas diretoras e comissões da Câmara e do Senado**

Neste início de ano foram eleitas as mesas diretoras de ambas as casas do Congresso Nacional, após a eleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados e de Davi Alcolumbre (DEM-AP)

para a presidência do Senado Federal. No Senado, já foi indicada também a maior parte dos presidentes de comissões permanentes, enquanto na Câmara a distribuição deverá ser feita após o Carnaval.

A composição da mesa diretora do Senado Federal inclui, além do presidente, o 1º vice Antonio Anastasia (PSDB-MG), o 2º vice Lasier Martins (Podemos-RS), o 1º secretário Sérgio Petecão (PSD-AC), o 2º secretário Eduardo Gomes (MDB-TO), o 3º secretário Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e o 4º secretário Luis Carlos Heinze (PP-RS). O primeiro suplente é o senador Marcos do Val (PPS-ES), o segundo é o senador Weverton (PDT-MA) enquanto a terceira e a quarta suplência ficam com o senador Jaques Wagner (PT-BA) e a senadora Leila Bairros (PSB-DF), respectivamente.

No Senado também foram escolhidos os presidentes e as presidentas das Comissões Permanentes. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da casa por dar o parecer de constitucionalidade para os projetos e propostas que tramitam no Senado, a presidência ficará a cargo da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que chegou a disputar a presidência da casa mesmo após ter sido derrotada dentro do seu partido em favor do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ficou sob a presidência do senador Omar Aziz (PSD-AM), enquanto a Comissão de Infraestrutura será presidida por Marcos Rogério (DEM-RO). A Comissão de Educação, Cultura e Esporte terá como presidente o senador Dário Berger (MDB-SC), e os senadores Romário (Podemos-RJ) e Paulo Paim (PT-RS) serão presidentes da Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos, respectivamente.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária será presidida por Soraya Thronicke (PSL-MS), a Comissão de Meio Ambiente por Fabiano Contarato (Rede-ES) e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS). A Comissão de Ciência e Tecnologia será presidida pelo senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), enquanto a de Desenvolvimento Regional e Turismo ficará sob o comando do Senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Já a Comissão de Transparência e Controle será comandada pelo senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), enquanto a Comissão Mista de Orçamento será pre-

sidida pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI). Com as escolhas, o partido com maior número de comissões é o MDB, seguido do PSD e o PSDB.

Os outros partidos, como PSL, PT, PP, Rede, entre outros, terão uma comissão cada. A liderança da maioria ficou com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), enquanto o líder do governo será o senador Fernando Bezerra (MDB-PE). A liderança da minoria ficará a cargo do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Pelo PT, o senador Paulo Rocha lidera o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, formado em conjunto com o Pros. O líder da bancada do PT é o senador Humberto Costa (PT-PE).

Na Câmara dos Deputados, a mesa diretora está composta da seguinte forma: além do presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), o 1º vice-presidente é o deputado e ex-ministro do governo Temer, Marcos Pereira (PRB-SP). O 2º vice é Luciano Bivar (PSL-PE), que preside o partido do governo. A 1ª secretária é a deputada Soraya Santos (PR-RJ), o 2º é o deputado Mário Heringer (PDT-MG), o 3º é o deputado Fábio Faria (PSD-RN) e o 4º é o deputado André Fufuca (PP-MA). Nas quatro suplências, respectivamente, os deputados Rafael Motta (PSB-RN), Geovania de Sá (PSDB-SC), Isnaldo Bulhões (MDB-AL) e Assis Carvalho (PT-PI).

A liderança do governo Bolsonaro na Câmara está a cargo do deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), e a liderança da oposição com Alessandro Molon (PSB-RJ). A maioria, bloco liderado pelo PSL, ainda não designou líder, enquanto a minoria é liderada pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). O PT, maior bancada eleita, é liderado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS). Apesar das comissões permanentes só serem instaladas depois do Carnaval, na Câmara, a CCJ deve ser antecipada para iniciar o debate sobre a reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro. A comissão, que é a mais importante da casa, ficará com o PSL, partido do governo, promessa de Maia para que este o apoiasse na eleição da Câmara. Informações veiculadas na imprensa ainda divergem sobre quais partidos ficarão com quais comissões permanentes. A definição deve se dar nas próximas semanas.

# SEGURANÇA PÚBLICA



*A seção que inaugura o tema Segurança Pública neste boletim trata do pacote chamado “anticrime” proposto pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. O projeto vem sofrendo críticas das principais entidades e organizações especializadas por uma razão simples: a perspectiva penal é tratada equivocadamente como solução da questão de segurança pública. O pacote de Moro, no entanto, tem como perspectiva ampliar o encarceramento, com o conseqüente fortalecimento do crime organizado. Entenda por quê.*

## O Projeto “anticrime”

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, apresentou, no início de fevereiro, um Projeto de Lei “anticrime” que altera catorze pontos de legislações federais dos Códigos Penal, Eleitoral e de Processo Penal, além da Lei de Execução Penal. O ex-juiz alega que o escopo do projeto visa o combate ao crime organizado, crimes violentos e corrupção, mas parcela importante da sociedade não o leu desta forma. Seis pontos centrais do projeto são mais sensíveis e vêm recebendo maior parte das críticas:

- excludente de ilicitude para policiais: essa é uma promessa da campanha de Bolsonaro, a chamada “carta branca para matar”. Um policial que matar uma pessoa e alegar que agiu sob “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” pode ficar sem nenhuma punição. De acordo com os últimos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a letalidade policial, ou seja, o número de cidadãos mortos por policiais em serviço foi de 5.159 (em 2016 esse número era de 2,2 mil mortes). Em 2017 tam-

bém foram assassinados em todo Brasil 367 policiais. No entanto, especialistas apontam que esta medida deverá aumentar o número de vítimas de ambos os lados dessa guerra: policiais ficarão mais livres para apertar o gatilho, e bandidos, com mais medo, também o farão. Assim, ao contrário do que se diz pretender, a medida potencializará o conflito e deixará ainda mais vítimas - inclusive entre agentes de segurança.

- plea bargain: modalidade de origem nos países de sistema common law (o principal exemplo é o dos Estados Unidos) e se traduz em um acordo entre a acusação - normalmente Ministério Público - e o réu, por meio do qual o acusado se declara culpado das acusações, em troca de uma atenuação da pena. Nesta modalidade, caberia ao juiz apenas a anuência do acordo, ou seja, a confissão por si só poderia levar alguém a cumprir pena, mesmo que sem provas. Este modelo gera questionamentos, pois é ainda mais danoso para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, pobres, muitas vezes

sem acesso a um processo justo e mal instruídos, que tenderiam a fechar qualquer tipo de acordo, mesmo sendo inocentes. Nos Estados Unidos, 95% dos casos são resolvidos antes de serem levados a julgamento com a utilização deste acordo penal. Conclusão: ainda mais encarceramento e alimentação de um sistema prisional cruel e desumano que só faz produzir mais mão-de-obra para o crime organizado, elevando, assim, ainda mais os índices de violência. Lembremos que os Estados Unidos têm a maior população carcerária do mundo, com dois milhões de pessoas presas, em sua maioria negras;

- introdução do *whistleblower* ou informante do bem, denunciante de crime de corrupção receberia 5% do valor ressarcido pela Justiça - prática parecida ao que ocorria nos processos de delação premiada da Operação Lava Jato;

- medidas para endurecer o cumprimento da pena, como decretar, para determinados crimes, o fim da possibilidade de redução da pena por bom comportamento e/ou de liberdade condicional;

- mudanças para garantir a prisão após Julgamento em segunda instância: hoje a Constituição de 1988 garante a presunção da inocência, ou seja, ninguém pode ser preso até que se transite em julgado a sentença. Todo cidadão teria direito a recorrer até a última instância (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça...) antes da execução da pena. O ex-juiz Moro quer que a prisão seja legal após julgamento pela segunda instância. Sim, é isso: hoje a prisão do ex-presidente Lula seria ilegal (não fosse a manobra do STF que ainda não julgou o mérito, apenas um habeas corpus do ex-presidente que defendia a impossibilidade da execução provisória da pena após a condenação em segunda instância) e Moro acabou de assumir isso. Vale destacar que o Código de Processo Penal já prevê a possibilidade desse mecanismo, mas essa questão está pendente do julgamento de constitucionalidade pelo Supremo. A possível aprovação desse dispositivo ainda pode ser questionada junto ao Supremo, uma vez que a Constituição prevê que ninguém pode ser considerado culpado até que o processo seja concluído, o que não ocorre com a condenação em segunda instância.

Moro ainda pretendia criminalizar o caixa 2 - que passaria a ser de competência da Justiça Comum e não mais da Eleitoral. No entanto, na última semana, decidiu fatar em três partes seu pacote para combater crimes e corrupção, deixando em texto separado a proposta que criminaliza a prática de caixa 2. O ministro atenuou a gravidade do caixa 2 em relação ao crime de corrupção. "Houve uma reclamação por parte de alguns agentes políticos de que caixa 2 é um crime grave, mas não tem a mesma gravidade que corrupção, que crime organizado e crimes violentos. Então nós acabamos optando por colocar a criminalização [de caixa 2] num projeto a parte". A opção ganhou espaço no noticiário e nas redes, pois foi vista como um recuo de Moro por pressão da bancada (que se preocupa com seus casos particulares). Enquanto ainda era Juiz, Moro chegou a afirmar que o caixa 2 era mais grave do que os crimes de corrupção. No entanto, parece que a função de ministro fez o bacharel em Direito mudar as suas convicções.

### O Projeto sob a perspectiva da segurança pública

O termo "segurança pública" foi usado pela primeira vez ainda na Constituição Federal de 1937 (a Constituição do Estado Novo), onde se lia que era dever da União garantir "o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança públicas, quando exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme". Não vamos falar aqui sobre as tensões conceituais sobre os papéis dos entes federativos que esta sentença também desperta. Este debate fica para outro momento. A questão é que desde este período se gerou uma compreensão de segurança pública quase limitada pela perspectiva do direito penal. Nem a Constituição de 1988 logrou desfazer esse nó. Assim, quando há uma crise de segurança pública no país, a resposta costuma ser por intervenção penal - via de regra, recrudescimento das penas. O ex-juiz Sérgio Moro leva esta compreensão às últimas consequências quando propõe mudanças justamente na Lei Penal.

Várias foram as entidades, instituições e especialistas em direito penal e segurança pública (como Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Defesa pelo Direito à Defe-

sa, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Ordem dos Advogados do Brasil, defensorias estaduais, entre outras) que demandaram do governo a promoção de um amplo debate público sobre o tema. Os especialistas chamam atenção para a necessidade de uma revisão estrutural no Código Penal e de Processo Penal brasileiros, mas apontam também que a proposta apresentada só deverá agravar mais a situação da segurança pública do país. Se o objetivo de Moro for, de fato, acabar com o crime organizado e com os índices de violência, não parece que as medidas mais recentes do governo como possibilitar a posse de arma e aumentar o encarceramento possam ajudar nesse sentido, principalmente porque são nas cadeias que o crime recruta sua mão de obra.

Pensar em outras chaves, como rever o modelo de organização do sistema, a reforma das polícias, a desmilitarização, a descriminalização das drogas apontam possíveis caminhos que não nos levarão para ainda mais mortes e encarceramento.

### **Sobre mãos que assinam e mãos que atiram**

É essencial destacar que não há, em nenhum sistema penal aplicado no mundo, a comprovação de que as medidas propostas pelo ex-juiz efetivamente contribuam para a redução da violência e de crimes. Os países que apresentam os menores índices de violência são os que possuem os menores índices de desigualdade e os maiores indicadores de desenvolvimento humano no mundo. Curiosamente, após a descriminalização da maconha no Uruguai, por exemplo, os números de violência caíram substancialmente naquele país.

Partindo dessa informação, cabe uma análise conceitual sobre a atuação de Sérgio Moro e seu projeto. Inicialmente, Moro é um aficionado pela Operação Mãos Limpas da Itália, que prendeu inúmeros políticos e causou enorme comoção social à época. Cabe destacar que a Operação não acabou com a corrupção e com os escândalos naquele país. A idéia de que os crimes de corrupção são o maior mal da sociedade é comum àquela Operação e à Lava Jato no Brasil. No entanto, juizes não são investidos do poder de julgamento por conta de suas

ideias sobre os males da sociedade, são investidos para cumprir a legislação e os preceitos constitucionais democraticamente definidos pelo poder que emana do povo.

Parece que Moro entendeu isso, e por essa razão abandonou a toga e entrou para a política. Nesse contexto, cabe ressaltar que o presidente da República de Curitiba agora está sob o escrutínio da opinião pública, e deve se portar como qualquer pessoa investida de um poder determinado pela democracia e pela Constituição, apesar de não tê-lo feito enquanto juiz.

A proposta é uma negação ao Estado democrático de direito por diversas razões. Subverte a lógica da presunção da inocência, da proteção à dignidade da pessoa humana, do devido processo legal e cria um Estado de juizes vingadores e de forças policiais autorizadas a matar conforme a emoção.

É verdade que esse projeto nunca foi escondido e de certa forma teve êxito eleitoral. Mas é fundamental abordarmos que uma vitória eleitoral não é e não pode ser força suficientemente eficaz para representar uma mudança em paradigmas de direitos humanos consagrados no mundo desde 1948 e, no Brasil, desde 1988.

O país que já assistiu a crimes de Estado praticados na ditadura militar não pode mais contar com a menor possibilidade de que isso se repita. A proposta se assemelha e muito aos atos institucionais que restringiram direitos nos anos que sucederam 1964. E para o autoritarismo do Estado, vigora, em linhas gerais, o que chamamos de direito penal do inimigo. Esse conceito, criado por Jakobs nos anos 80, basicamente aponta para o fato de que as pessoas que representem “uma ameaça à paz e à segurança social” não merecem o tratamento de cidadãos, sendo a elas relegado o tratamento de um direito de segundo plano, cruel e persecutório, o direito penal do inimigo.

Obviamente, esse conceito jamais será defendido publicamente pelos agentes que criam essas propostas, especialmente porque ele se assemelha aos mecanismos adotados pelo nazifascismo ao redor do mundo. No entanto, a prática desses agentes, em especial o ex-juiz e hoje ministro, indi-

ca outra coisa. Basta lembrar que Bolsonaro, durante a campanha eleitoral, afirmou que ou os petistas deveriam sair do Brasil ou iriam parar na “ponta da praia”, local conhecido por ser um centro de desova de corpos durante a ditadura militar. Moro chegou a afirmar que Lula deveria ser submetido a interpretações jurídicas diferentes em função da “dificuldade de se condenar um político influente”.

Esses fundamentos explicitam o que seriam a forte emoção dos agentes de segurança pública no desempenho de suas funções, ou mesmo o que seria a possibilidade de acordo homologado pelos juízes em que a confissão fosse elemento suficiente inclusive para encerrar as investigações. Nesse sentido, a mão que assina é a mesma mão que atira.

Para além da discussão acerca dos limites do monopólio da violência pelo Estado, essa discussão apresenta o modelo de sociedade que o povo deseja para o Brasil. Certamente o convívio com a polícia nas periferias não será mais civilizado do que é hoje caso essa lei seja aprovada. A discussão aqui não é o que “deve ser feito com os bandidos”, mas sim o que deve ser feito com a sociedade brasileira.

Uma casta de agentes de segurança pública, promotores e juízes não está, em nenhuma medida,

legitimada para pensar sozinha nos preceitos da construção de uma sociedade minimamente democrática. A República de Curitiba pode ter sido parte daqueles que venceram as eleições e inclusive governam “de porteira fechada” um ministério inteiro. Mas essa turma não ganhou o direito de escolher os inimigos do Brasil e para quem deve ou não valer o peso da caneta ou o calor da bala.

Esse pacote tem a nítida função de aumentar a discricionariedade sobre essas pessoas. E aumentar o poder subjetivo de tomada de decisão de alguns agentes indicados é dar poder de vida e morte, liberdade e prisão sem que haja a necessária limitação legal e funcional. É um pacote corporativista sim, mas, pior, porque mais do que defender os interesses de uma classe defende que uma classe tenha poderes imperiais sobre a sociedade.

Os inimigos da nação escolhidos pelo governo eleito são a corrupção e o crime organizado. Pela conduta do ex-juiz e do ex-deputado, os partidos de esquerda e os movimentos sociais também são inimigos. O que deve ser lembrado, o tempo todo, é que eles foram eleitos para governar o país, não para eleger inimigos e determinar um direito diferente pra eles.



*Esta seção apresenta o panorama que a Organização Internacional do Trabalho faz para o mercado de trabalho em 2019 e os desafios trazidos pela persistência no Brasil da alta desocupação, crescente informalidade e subutilização. Também são abordados fatos relevantes da saúde e educação no país, como novos direcionamentos na política nacional de saúde mental e na política nacional sobre drogas. E também a chamada “Lava Jato da Educação”, sobre a qual ainda há poucos fatos públicos concretos. Além disso, faz um breve comentário sobre a Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, a chamada reforma da Previdência.*

## **Mercado de Trabalho**

O relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (*World Employment Social Outlook, Trends 2019*) mostra que em torno de 60% dos trabalhadores na força de trabalho global são homens, o que mostra um aspecto da desigualdade de gênero no mundo. Segundo a publicação, após um período de redução das desigualdades de gênero em termos de participação no mercado de trabalho, o processo ficou estagnado (além disso, mulheres são maioria na subutilização e entre as pessoas que trabalham menos horas do que gostariam). A publicação também indica que as taxas de participação na força de trabalho têm caído nos últimos 25 anos e de forma mais pronunciada entre a população entre 15 e 24 anos de idade.

Outro problema apontado pela publicação são déficits de trabalho decente: por exemplo, dois bilhões de trabalhadores em todo o mundo estão no setor informal (cerca de 61% da força de trabalho). Também, em 2018, mais de um quarto dos traba-

lhadores em países de renda baixa ou média viviam em pobreza extrema ou moderada.

Além disso, haveria 172 milhões de pessoas desocupadas no mundo em 2018 (e que cresceria em torno de um milhão de pessoas por ano pela expansão da força de trabalho). Esse dado corresponderia a uma taxa de desocupação de 5%. O relatório nota que de 2008 a 2009, quando da crise global, a taxa de desocupação mundial saltou de 5% para 5,6% em um ano e demorou nove anos para voltar ao patamar de 2008.

Para a América Latina e o Caribe, a OIT é bastante otimista quanto ao papel do Brasil de puxar o crescimento econômico da região em 2019, projetando um crescimento de 2,4% (em linha com as projeções de mercado até o momento). Porém, não deve haver grande impacto na geração de emprego, segundo a organização: a taxa de desocupação na região, que foi de 8% em 2018, deve continuar no mesmo patamar em 2019. E a informalidade no mercado de trabalho na região continua uma das mais altas do



planeta, o que se relaciona com os mais altos índices de pobreza multidimensional do globo.

Passando a fontes nacionais, os dados do Caged mostram que após três anos de perda líquida de postos formais (2015, de 1,5 milhão; 2016, de 1,3 milhão; e 2017, de 12 mil), o país voltou a ter saldo de empregos formais positivo em 2018: neste ano, foram gerados 529 mil postos, sendo um saldo de cerca de cinquenta mil postos nos contratos intermitentes, modalidade criada pela reforma trabalhista. Porém, o país ainda está longe de recuperar o estoque do emprego formal vigente até 2014, ponto mais alto da série. O do estoque de empregos formais em dezembro de 2018 ficou entre o valor de dezembro de 2011 e dezembro de 2012, mostrando que a recuperação do cenário pré-2015 ainda está distante.

Já dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNADC) mostram uma panorama mais completo. A taxa de desocupação no Brasil atingiu 11,6% no último trimestre de 2018, 0,3 ponto percentual menos que no trimestre de julho a setembro de 2018. Em relação ao mesmo trimestre do ano de 2017, a taxa apresentou estabilidade. A taxa de desocupação média anual foi, em 2018, de 12,3%, contra 12,7% em 2017. Porém, a notícia de que a desocupação no país tem caído não pode ser interpretada como positiva, justamente pelos motivos que levam a esta queda na desocupação, descritos a seguir.

**Desalento:** estudos têm mostrado que parte importante da queda da desocupação no Brasil está realacionada ao aumento do desalento, em que o indivíduo desiste de procurar emprego e por isso deixa de ser contado como desocupado. Os dados mostram que, na média anual, houve um aumento de 209,1% no número de desalentados em quatro anos, de 1,9 milhão em 2014 para 4,7 milhões em 2018 (mais 3,2 milhões).

**Subutilização:** a taxa de subutilização (que computa os desocupados, os ocupados em quantidade de horas insuficiente e os desalentados) chegou ao ponto máximo da série histórica em 2018 (24,4%). A média anual de subutilizados passou de 15,5 milhões em 2014 para 27,4 milhões em 2018 (alta de 76,8% ou 11,9 milhões).

**Empregadores:** o número de empregadores atingiu 4,4 milhões em 2018, 867 mil pessoas a mais que em 2012. O número, que pode parecer positivo em um primeiro momento, é ponderado pelo IBGE. “É importante registrar que esse aumento se deu, principalmente, na faixa dos pequenos empregadores envolvidos em atividades voltadas para a informalidade”.

**Conta própria:** a pesquisa aponta que o trabalho por conta própria que envolvia, em 2012, 22,8% dos trabalhadores (20,4 milhões), passou a totalizar 23,3 milhões em 2018, correspondendo, portanto, a 25,4% dos ocupados.

**Desocupação ainda alta:** no último trimestre de 2018, os desocupados somaram 12,2 milhões. Entre 2014 e 2018, o contingente médio passou de 6,7 para 12,8 milhões (mais 6,1 milhões de pessoas), ou seja, quase dobrou (alta de 90,3%).

**Informalidade:** enquanto os números do emprego no setor privado com carteira assinada caíram de 2014 a 2018 (em 3,6 milhões), tem crescido o número de empregados sem carteira assinada no mesmo período (811 mil pessoas a mais).

### “Lava Jato da Educação”

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, e o ministro da Justiça, Sérgio Moro, firmaram acordo para investigar indícios de corrupção no Ministério da Educação, no que foi chamado de “Lava Jato da Educação”. Segundo pronunciamento do Ministério da Educação, a medida visa investigar favorecimentos indevidos no Prouni, desvios no Pronatec, irregularidades no Sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino à distância e irregularidades nas universidades federais. Também assinaram o documento – não disponível na internet – que sela o acordo o ministro da Controladoria Geral da União e o advogado-geral da União. Foi solicitado pela equipe editorial ao Ministério da Educação acesso ao documento, porém, não houve resposta até o fechamento deste boletim. Apesar das poucas informações ao público, as ações da Ser Educacional, Kroton e Estácio caíram após o anúncio da medida. Além disso, o anúncio de que seriam investigadas irregularidades ocorridas em “gestões passadas” irritou membros do DEM, que controlava o Ministé-

rio da Educação durante o governo Michel Temer.

### **Saúde mental e política nacional sobre drogas**

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) lançou uma nota sobre a Nota Técnica nº 11/2019, lançada pelo CGMAD/DAPES/SAS/Ministério da Saúde, que trata de mudanças na política nacional de saúde mental e na política nacional sobre drogas.

A Abrasco argumenta que as propostas do novo governo representam retrocessos, “uma vez que a principal instituição que garante a perpetuação do modelo manicomial é recolocada na rede de atenção, a saber, o hospital psiquiátrico ou a ‘comunidade terapêutica’, instituição manicomial correspondente no atendimento a pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas.” A Abrasco aponta que tem sido uma tendência internacional acolhida pela comunidade científica o fechamento de hospitais psiquiátricos mundo afora, com a “defesa de serviços que sejam próximos às pessoas que precisam de cuidados e das suas famílias,

para manter os tratamentos territorializados, sem o risco de segregação, tão nociva e cronicadora nos casos de pessoas com transtorno mental e uso problemático de substâncias psicoativas.”

Outro ponto polêmico das novas diretrizes do Ministério da Saúde é a possibilidade de uso banalizado da eletroconvulsoterapia, conhecido como eletrochoque, para além do tratamento de casos de depressão resistente.

### **PEC 6/2019: reforma da Previdência**

O governo lançou uma proposta de reforma da Previdência, entregue ao Congresso no dia 20 de fevereiro de 2019. Parte-se do pressuposto – sem bases – de que a reforma da Previdência levaria ao crescimento econômico. No entanto, o que a proposta consegue é destruir o sistema de Previdência no Brasil, afastando os mais ricos do sistema público e solidário e, pelas duras exigências, torna muito mais difícil o acesso para os mais pobres.

# ECONOMIA



*Os políticas neoliberais executadas a fórceps no Brasil entregam sua criatura: em 2018, a economia encerrou o quarto ano em depressão econômica. Sob o comando dos interesses rentistas, o PIB per capita não saiu do lugar, enquanto o orçamento público vem sendo espremido para que haja folga financeira para arcar com os juros que fazem a alegria dos credores da nossa dívida pública: em doze meses foram gastos 373 bilhões de reais a título de pagamento de juros. Apesar da calamidade geral, da paralisia econômica e do gravíssimo quadro de desocupação que desorganizam a vida das famílias brasileiras, o Banco Central, ainda sob o comando de Ilan Goldfajn, manteve e indica que pretende insistir na Selic a 6,5%.*

## Nível de Atividade

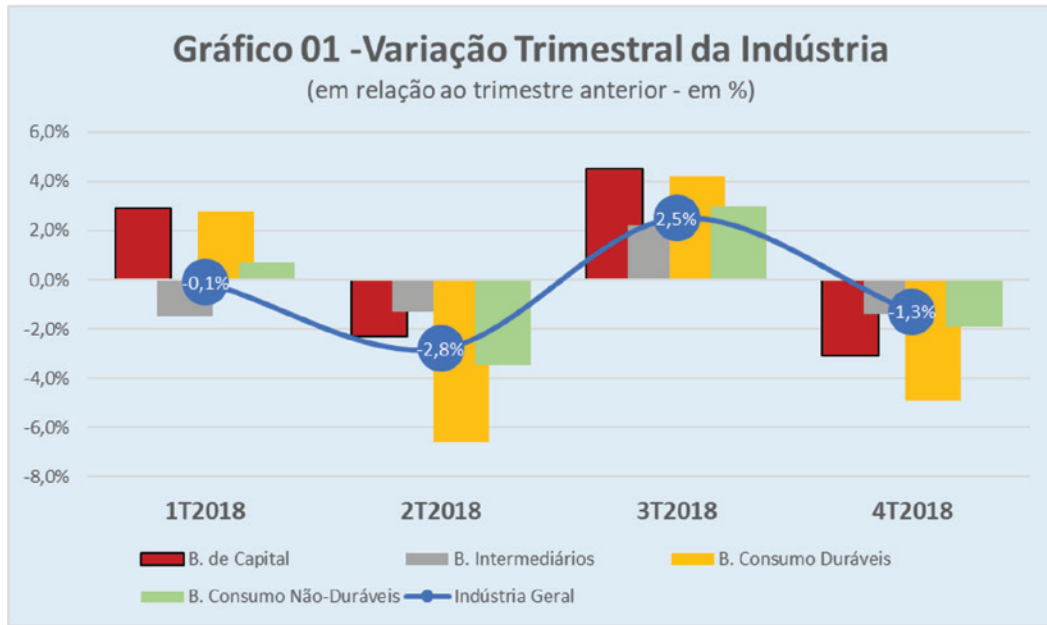
O ano de 2018 terminou com a economia brasileira em franco e generalizado processo de desaceleração. No quarto trimestre, a atividade econômica perdeu força em relação ao trimestre imediatamente anterior e, por conseguinte, o PIB deve fechar o ano apenas ligeiramente acima de 1% (os dois principais indicadores antecedentes, IBC-Br e Monitor da FGV apontaram respectivamente um crescimento de 1,15% e 1,1%, ou seja, menor do que a taxa de 2017 (1,3%) e quase dois terços a menos do que era previsto pelo mercado e pelas autoridades econômicas há apenas doze meses a, em fevereiro de 2018.

Considerando os diferentes setores de atividade econômica, as vendas do varejo foram as principais responsáveis por manter o crescimento do PIB ainda no campo positivo em 2018. Apesar de ter ficado estagnado no trimestre encerrado em dezembro último, o volume das vendas no varejo cresceu 2,3% ao longo do ano, especialmente impulsionadas pela boa recuperação das vendas de veículos

automotores, cujo crescimento anual foi de 15,1%, notadamente intenso no primeiro quarto do ano.

Por outro lado, o volume das atividades dos serviços e a produção física industrial registraram resultados decepcionantes em 2018, frustrando aqueles que apostavam na recuperação mais robusta da economia no último ano de governo de Michel Temer.

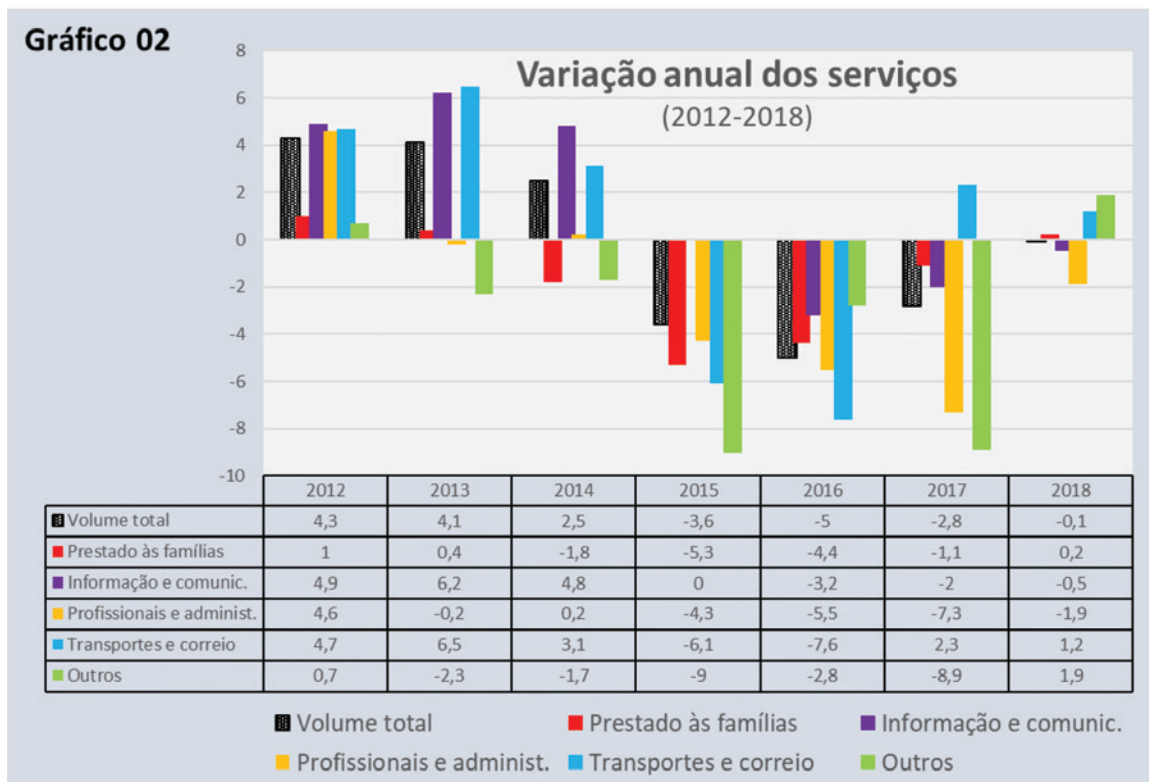
No que tange especificamente ao setor industrial, embora no ano tenha sido registrado um leve crescimento de 1,1%, o comportamento do conjunto das atividades industriais foi bastante errático ao longo do período. Como se pode perceber no comparativo entre os quatro trimestres de 2018 (veja gráfico 1) depois de ter ocorrido uma queda generalizada da produção industrial no segundo trimestre (em decorrência direta da crise dos combustíveis), seguiu-se um ensaio de recuperação no terceiro trimestre e depois uma nova contração no quarto trimestre do ano, puxada especialmente pelos segmentos produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis.



Fonte: IBGE (PIM) – Dados dessazonalizados.

Já no setor de serviços, os dados anuais apurados pelo IBGE referentes aos doze meses encerrados em dezembro de 2018 confirmaram a trajetória cadente do volume de atividade do setor (-0,1%). Com esse resultado o setor já acumula uma queda de 10,3% nos últimos quatro anos, especialmente grave porque se concentra nos serviços ligados

às atividades das corporações empresariais. Como se pode observar no gráfico 2, tanto os serviços de informação e comunicação, quanto especialmente os serviços profissionais e administrativos, apresentaram expressivas retrações nos últimos três anos, registrando ainda em 2018 quedas de 0,5% e 1,9% respectivamente.



Fonte: IBGE (PIM) – Dados dessazonalizados.

Por fim, o setor agropecuário, que foi o principal motor da economia no ano de 2017 e para o qual se estimava um crescimento de 5%, deve fechar 2018 com um crescimento mais modesto, com o volume de produção avançando apenas 2,07% e uma provável queda da renda do setor estimada em 0,5%.

Em conjunto, o comportamento dos diferentes setores de atividade econômica registrado no último mês de 2018 indica uma baixa capacidade de impulsionamento da economia neste início de 2019, com um carregamento estatístico (*carring over*) muito reduzido.

### Inflação e política monetária

Como decorrência direta da anemia econômica, do elevado desemprego e da resiliência dos spreads bancários frente à queda da demanda, a inflação brasileira permanece em patamar bastante baixo, com o IPCA-15 de fevereiro (índice que serve de prévia da inflação mensal do IBGE) registrando uma taxa 0,34%, a menor taxa para o mês desde 1995. Com isso, a inflação acumulada nos últimos doze meses alcançou 3,73%, portanto, bastante abaixo da meta perseguida pelo Banco Central (4,25%).

Estranhamente, contudo, a diretoria do Banco Central, que se reuniu pela última vez nos dias 5 e 6 de fevereiro, continua apegada a seu propósito de manter a Selic a 6,5% a.a., a despeito dos reclames de alguns economistas do próprio mercado financeiro que não enxergam razões propriamente monetárias que justifiquem o atual patamar de juros.

Para o ano, considerando a persistência da elevada ociosidade no setor industrial (de 25%), as altas taxas de desemprego (11,6%) e de subutilização da força de trabalho (23,9%) e ainda a leve valorização cambial registrada no início de 2019 (5,5%), é de se esperar que as taxas de inflação continuem bem comportadas, mantendo-se ainda por um bom tempo abaixo do centro da meta. Não por outra razão, os consultores do *Boletim Focus* estimam que o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) termine 2019 em 3,87%.

### Comércio Exterior

Os números do comércio exterior brasileiro neste

início de ano indicam uma tendência de queda do nosso saldo comercial que, muito provavelmente, deverá se confirmar nos próximos meses, seja por conta da recente valorização do real – que segundo o *Boletim Focus* manterá o dólar no patamar de 3,70 reais até o final do ano – seja porque o processo de desaceleração da economia mundial tem levado a uma queda nos preços das principais commodities de nossa pauta exportadora.

Considerando-se os resultados acumulados desde o início do ano até a terceira semana de fevereiro, a média das exportações por dia útil caiu 3,2% em relação às médias diárias do mesmo período de 2018, enquanto a das importações saltou 8%. A partir destas tendências, as estimativas do mercado para o ano projetam um saldo comercial anual para 2019 de 50,5 bilhões de dólares, o que representaria uma queda de aproximadamente 6% sobre o resultado de 2018, o qual por sua vez, já havia sido 16,3% inferior ao superávit recorde de 2017.

### Contas Públicas

A gestão da política fiscal centrada na obsessão com a austeridade mais uma vez mostrou seu lado disfuncional em 2018, seja por seu caráter contra-protuberante – os cortes de gasto em uma economia deprimida tiram vigor da demanda, reduzindo o potencial de arrecadação –, seja porque coloca em risco o bom funcionamento da administração estatal, ameaçando a oferta de serviços públicos essenciais.

Apesar dos constrangimentos impostos aos gastos correntes (teto de gastos e contingenciamentos exagerados) e a incrível incapacidade do governo federal para executar o tímido orçamento a que havia se proposto, a dívida bruta do governo geral cresceu 2,6 p.p. em 2018, saltando de 74,1% do PIB para 76,7%.

Considerando o que se chama de setor público consolidado (três níveis de governo + empresas estatais) no ano de 2018 o déficit primário (i.e., sem considerar as despesas financeiras) alcançou 1,57% do PIB enquanto o déficit nominal (que inclui as despesas financeiras) atingiu 7,09% do PIB. Ou seja, parte significativa daquilo que a mídia corporativa gosta de chamar de “rombo das contas pú-

blicas” deve-se ao montante de juros pagos pelo setor público brasileiro ao longo de 2018, que correspondeu a 5,52% do PIB e totalizou 373 bilhões de reais. Vale lembrar que a previdência pública urbana – isto é, aquela que efetivamente funciona como um sistema de repartição – registrou no mesmo período um déficit muito menos significativo, de 81,4 bilhões de reais.

Por fim, cabe registrar que o resultado fiscal de 2018 contou com um significativo crescimento das receitas não administradas pela Receita Federal, notadamente os royalties sobre venda de petróleo do pré-sal, e também com um aumento das receitas recorrentes que cresceram 3% em termos reais, alcançando um total de 1,1 trilhão de reais.

# TERRITORIAL



*A cada ano, as fortes chuvas que costumam ocorrer no verão sulista e inverno nortista do Brasil trazem em conjunto com seu frescor, infelizmente, tragédias naturais como deslizamentos de terra e alagamentos que afligem grande parte da população brasileira, e especialmente as 8,3 milhões de pessoas que residem em áreas de risco de desastres naturais.*

## As áreas de risco e as fortes chuvas no país

As chuvas intensas, muitas vezes acompanhadas por ventanias e cheia dos rios, costumam se concentrar entre o último e o primeiro trimestre de cada ano e atingem principalmente as regiões Sudeste, Sul, Norte e parte do Nordeste. Os que mais sofrem com estas adversidades do tempo são 8,3 milhões de pessoas que moram em quase 2,5 milhões de residências em áreas de risco do país.

Na região Norte, estas fortes chuvas e ventanias provocam o fenômeno popularmente conhecido como “terras caídas”, quando a cheia dos rios acaba por facilitar a ocorrência de muitos desbarrancamentos em suas margens. Em consequência, neste verão já ocorreram tragédias e deslocamentos de população nos estados do Acre e Amazonas, e danos nos demais estados da região. Além disso, as cidades nortistas de maior concentração urbana também são acometidas por deslizamentos de terras em áreas desmatadas e ocupadas.

Este último problema, no entanto, é mais intenso no Sudeste e Sul e em partes do Nordeste. No Sul,

Santa Catarina tem sido mais atingida, as fortes chuvas já derrubaram pontes, interromperam rodovia e causaram vítimas fatais em deslizamentos. No Sudeste, a cidade de São Paulo sempre para com fortes chuvas, e neste período não foi diferente, acrescido dos deslizamentos. O estado do Rio de Janeiro costumeiramente apresenta ocorrências graves, seja em sua região serrana, seja na capital, que possui em sua geografia diversos morros. Em ambos estados já ocorreram deslizamentos de terra com vítimas fatais em 2019. Cidades do Nordeste também apresentam prejuízos, Vitória da Conquista (BA), por exemplo, decretou situação de emergência em 18 de fevereiro, após tempestades. Posteriormente à tragédia, ainda sobram lama, lixo e doenças pra população local.

### Porque ocorrem os deslizamentos de terra?

Os deslizamentos de terra iniciam com a ruptura do solo de uma encosta, geralmente causada, nos casos brasileiros, por chuvas. Há diversos fatores

que aumentam sua incidência, como desmatamento da encosta, construções irregulares, inclinação do terreno, plantação de vegetação equivocada, retirada de solo sem avaliação técnica, obras ou maquinários pesados acima da encosta e constituição geomorfológica do solo. O calor pré-chuva também agrava a situação, pois causa rachamento do solo, facilitando a penetração posterior de água.

Apesar de existirem casas de alto padrão em algumas regiões de encostas ou montanhas mais valorizadas, apenas uma pequena parte dos (potenciais) atingidos por deslizamentos costumam ser economicamente mais abastados, pois estas residências projetadas e construídas por profissionais contam com materiais de construção de melhor qualidade e ficam menos adensadas, com tendência a uma maior preservação da natureza do entorno. Como tudo isto é exceção, os mais atingidos são as famílias mais humildes, que não conseguem fazer frente à especulação imobiliária e que carecem de políticas públicas de infraestrutura e habitação.

### O que a gestão pública deve fazer

As áreas de risco de desastres naturais são classificadas de acordo com o nível de risco que a mesma oferece ao entorno. Em teoria, é proibida a construção de moradia nestas áreas. Quem faz esta gestão e análise é o agrupamento da defesa civil local, e deve ter o suporte das demais esferas de poder.

O poder público tem o dever de atuar na prevenção e resposta a desastres, e no caso de ocorrência, de reconstrução das consequências, implantando programas de mitigação de desastres e outros, de habitação, infraestrutura urbana e meio ambiente. Estes, no entanto, costumam não existir ou serem insuficientes. No país, segundo a Fundação João Pinheiro, havia um déficit habitacional de 6,3 milhões de moradias em 2018, tendo o valor excessivo do aluguel papel preponderante na composição deste indicador.

### O que as famílias podem fazer

Uma das grandes dificuldades das famílias que buscam um local para moradia, além de muitas ve-

zes não poder escolher o terreno ou casa onde vão morar, é saber identificar se o mesmo possui risco de desabamento. Neste aspecto, a defesa civil de Santa Catarina recomenda que se preste atenção nos seguintes aspectos:

- caso o terreno seja próximo a encostas, observar se a área no entorno tem diminuído, seja no visual, em conversa com vizinhos ou em consulta a imagens/fotos antigas do local;
- verificar se existem no entorno estruturas inclinadas, como postes e árvores por exemplo;
- verificar a coloração de eventuais córregos ou riachos no entorno. Se a água estiver barrenta, é sinal de que um deslizamento de terra pode ter ocorrido nas redondezas;
- procurar por rachaduras nas paredes da casa e/ou das casas vizinhas. Caso haja, é possível que a estrutura da construção tenha se movimentado ou esteja se movendo;
- caso perceba alguma situação anormal, procurar ajuda especializada, ou ainda a defesa civil ou corpo de bombeiros.

A prefeitura também possui esta responsabilidade, então também pode ser consultada e, inclusive, pressionada, para atender o direito constitucional de moradia digna que todo cidadão possui. O engajamento com vizinhos, a associação de moradores ou movimentos de luta pela terra e teto também são atitudes de luta por direitos que, pelo caráter coletivo, possuem maior poder de pressão e negociação com o poder público.

### As regiões de maior risco

Pode-se observar no mapa 1 o volume de chuvas ocorrido em janeiro e na primeira metade de fevereiro deste ano. Quanto mais escuro o tom de azul, maior o volume de precipitação pluviométrica. Notadamente a região Norte, o litoral maranhense e a faixa litorânea que se estende do sul de Santa Catarina até a cidade do Rio de Janeiro foram as regiões mais castigadas pelas chuvas.

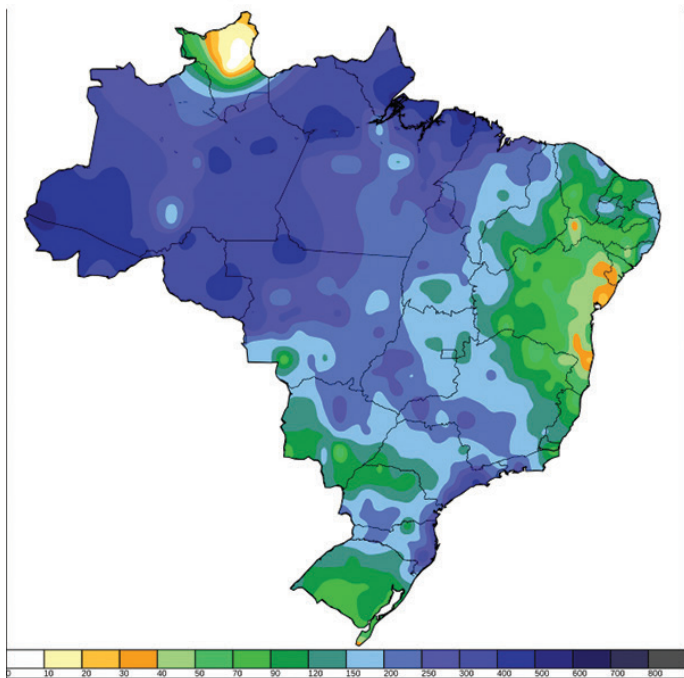
O mapa 2 espacializa a população em áreas de risco do país. Nele, quanto maior a área do círculo rosa, maior a concentração de pessoas expostas



aos riscos naturais, como deslizamentos. Pode-se notar que, além das capitais estaduais, há grande concentração deste público desde o norte do Rio Grande do Sul até o Espírito Santos e Minas Gerais.

Sendo que as áreas adentram um pouco no interior destes estados. Há uma maior concentração também de Alagoas ao Sul do Rio Grande do Norte.

mapa 1. Precipitação acumulada em jan e fev de 2019



Quanto mais azulado ou acinzentado o tom, maior o nível de precipitação ocorrido.

mapa 2. População em áreas de risco



Quanto maior a área do círculo rosa, maior o número de pessoas em áreas de risco

Fontes: Instituto Nacional de Meteorologia (IMET/MAPA) para mapa 1 e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTIC) para mapa 2.

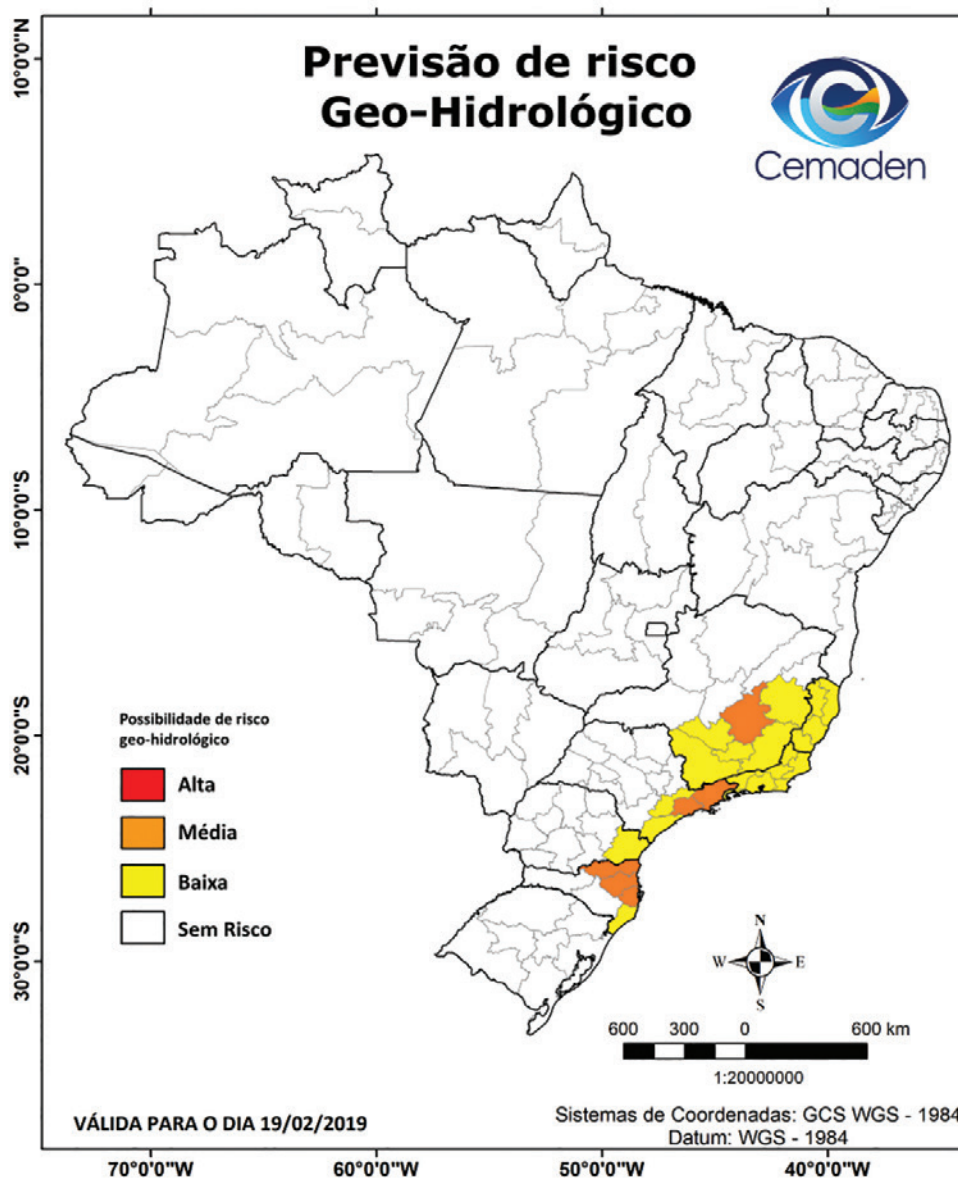
Quem conhece um pouco da hidrografia brasileira também consegue observar no mapa 2 a concentração desta população ao longo do curso de grandes rios do país que, em diferentes graus, também apresentam o fenômeno de erosão em suas margens. Notadamente, os principais rios da Bacia do Rio Amazonas no Amazonas e Pará, o Rio Parnaíba no Piauí, São Francisco em Minas Gerais e no Nordeste, Tietê no interior paulista e Paraíba do Sul em São Paulo e Rio de Janeiro.

Como se pode observar, muitas áreas que estão apresentando fortes chuvas se sobrepõem às de concentração de moradores em áreas de risco, causando infelizmente os danos e tragédias recém-noticiadas.

Uma ferramenta que pode ser utilizada para prevenção é o serviço de previsão de risco geo-hidrológico do [Centro Nacional de Monitoramento](#)

[e Alertas de Desastres Naturais \(Cemaden\)](#). No exemplo a seguir se podem observar as regiões do país com maior risco de movimentação geo-hidrológica em 19 de fevereiro.

Outros aspectos, como o tipo e composição do solo, também influenciam fortemente nos riscos de deslizamentos. Um fator que periodicamente também influencia o regime das chuvas no Brasil é o fenômeno climático El Niño, quando a temperatura do mar na região próxima ao Peru aquece acima do padrão. Em 2019 está ocorrendo tal fenômeno, ainda que de forma fraca. No entanto, ele pode ter influenciado o maior volume de chuvas no Sudeste, e pode influenciar para que elas cessem ao final de março e se intensifiquem, a partir de então, no sul do Brasil.



### Quem são os moradores das áreas de risco

Em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em conjunto com o Cemaden, lançou um estudo inédito sobre os moradores em áreas de risco de desastres naturais do país, com base nas informações de áreas de risco do Cemaden e no Censo Demográfico de 2010, do IBGE. A metodologia foi aplicada para 872 municípios brasileiros monitorados pelo Cemaden e será replicada no próximo Censo Demográfico de 2020. Foram identificadas 27.660 áreas de risco no país, onde residiam 8,3 milhões de brasileiros em 2,47 milhões de moradias.

Aproximadamente 4,3 milhões de pessoas deste público são mulheres. A população considerada

mais vulnerável são as crianças de até cinco anos e as pessoas com mais de sessenta, que possuem maior tendência a ficar em casa. O primeiro grupo é composto por 763 mil crianças (9,2% da população total) e o segundo por 711 mil pessoas (8,6%).

Cerca de 61,2% destas moradias sujeitas a deslizamentos de terra, inundações e/ou enxurradas eram ocupadas por quatro moradores ou mais, algo maior que a média nacional do mesmo ano (2010), que era de 3,3 pessoas por domicílio.

No aspecto da renda, 39,6% destes moradores possuem ganhos mensais de até meio salário mínimo (SM) per capita, que os enquadra no perfil econômico de pobreza. No outro extremo, os que ganham três SM per capita ou mais representam apenas 3,7%.

Na tabela 1, pode-se observar que os estados que possuíam maior população em áreas de risco eram São Paulo, com 1,52 milhões de pessoas, e Minas Gerais e Bahia, ambas com 1,37 milhão de pessoas. A Bahia também era o estado com maior proporção de moradores em situação de risco, que correspondiam a 26,8% de sua população residente em municípios monitorados. Na sequência aparecem Espírito Santo (15,2%), Minas Gerais (14,8%) e Pernambuco (14,1%).

Dentre os municípios, Salvador foi a que apresentou maior contingente de pessoas nesta situação, cerca de 1,2 milhão de pessoas, que era equivalente a quase metade (45,5%) da população da cidade. São Paulo, com 674 mil pessoas, Rio de Janeiro, com 445 mil, Belo Horizonte, com 389 mil e Recife, com 207 mil pessoas, completam a lista das cinco cidades com maior quantidade de pessoas vulneráveis a desastres naturais.

**Tabela 1. População residente em áreas de risco**

Estados da federação	População em áreas de risco	População total dos municípios monitorados	% da população em áreas de risco
São Paulo	1.523.079	22.297.030	6,8
Minas Gerais	1.378.078	9.300.174	14,8
Bahia	1.375.788	5.138.492	26,8
Rio de Janeiro	865.027	8.740.056	9,9
Pernambuco	829.058	5.874.875	14,1
Espírito Santo	502.311	3.309.490	15,2
Santa Catarina	376.486	4.027.250	9,3
Rio Grande do Sul	274.390	3.940.986	7,0
Ceará	189.310	4.887.101	3,9
Maranhão	165.291	3.484.166	4,7
Alagoas	143.076	1.475.853	9,7
Rio Grande do Norte	141.105	1.458.097	9,7
Amazonas	133.141	3.172.070	4,2
Pará	105.730	3.668.280	2,9
Piauí	66.211	1.399.526	4,7
Acre	53.831	463.206	11,6
Paraná	52.655	3.736.413	1,4
Paraíba	36.395	1.625.353	2,2
Amapá	24.055	499.466	4,8
Rondônia	10.419	462.349	2,3
Tocantins	9.129	226.625	4,0
Sergipe	6.394	618.372	1,0
Roraima	4.482	284.313	1,6
Mato Grosso do Sul	4.431	1.034.471	0,4
Mato Grosso	2.324	658.322	0,4
Goiás	871	635.908	0,1
<b>Total</b>	<b>8.273.067</b>	<b>92.418.244</b>	<b>9,0</b>

Fonte: Elaboração FPA a partir do estudo "População em áreas de risco no Brasil" do IBGE/Cemaden.

Obs: o Distrito Federal não foi monitorado.

# MUNICÍPIOS



*A seção que inaugura o tema Municípios neste boletim trata da repercussão da proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo entre entidades representativas dos municípios. Ao desamparar os mais pobres, a proposta prejudica os municípios, pois certamente aumentarão as demandas por serviços sociais das prefeituras. Apesar disso duas das três entidades municipalistas nacionais defendem a iniciativa do governo: a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Apenas a Associação Brasileira de Municípios (ABM) critica a proposta.*

## A reforma da Previdência e os municípios brasileiros

As entidades nacionais de municípios vêm se posicionando em relação à reforma da Previdência anunciada pelo governo, mesmo antes de sua entrega ao Congresso Nacional.

A Associação Brasileira de Municípios tem se posicionado contrária a tal reforma, enquanto a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional de Prefeitos têm se posicionado favoravelmente à medida.

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos e prefeito de Campinas (SP), Jonas Donizete, em reunião com o ministro Paulo Guedes, no dia 30 de janeiro, afirmou que a entidade apoia a reforma, desde que abranja também os municípios. A Frente Nacional de Prefeitos, criada em 1990 a partir da iniciativa da então prefeita pelo PT da cidade de São Paulo, Luiza Erundina, inicialmente como uma articulação de prefeitos e prefeitas de capitais, congrega fundamentalmente as maiores cidades, tendo como foco as cidades com mais de oitenta mil habitantes. A maioria dos municípios representados pela FNP têm

Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Por sua vez, o presidente da CNM, ex-prefeito de Saldanha Marinho (RS), Glaudemir Aroldi, também em reunião com o ministro Paulo Guedes, no dia 12 de fevereiro, reafirmou o apoio da entidade à reforma da Previdência. A CNM, criada na década de 1980, congrega principalmente as pequenas cidades, a maioria das quais se mantêm no Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

O presidente da ABM, prefeito de São Leopoldo (RS), Ary Vanazzi, em nota, posicionou-se contrário à reforma da Previdência como tem sido apresentada pelo governo, por entender que essa reforma ampliará a pobreza nas cidades brasileiras, rebaixando no atendimento das prefeituras. A ABM é a entidade municipalista mais antiga do país, tendo sido fundada em 1946.

A discussão sobre a relação dos municípios com a reforma da Previdência vem, portanto, acentuando as diferenças entre as entidades nacionais de municípios.

Entre os 5570 municípios brasileiros, 2095 têm Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os demais 3475 participam do RGPS. Esses RPPS tiveram, em 2016, um superávit de onze bilhões de reais, ou seja, em situação muito diferente dos estados e da União. Além disso, cerca de metade deles está com sua situação regular frente às exigências até então mantidas pelo extinto Ministério da Previdência.

Por outro lado, a Previdência tem tido papel fundamental na economia da maioria dos municípios brasileiros. Para se ter ideia de sua importância, em mais de 80% deles os recursos da Previdência superam o valor da arrecadação própria e em cerca de 70% superam o valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A maioria dos municípios brasileiros, quase todos os do Norte, com exceção de Manaus, e todos os do Nordeste, são receptores de recursos da Previdência, ou seja, nesses municípios os benefícios da Previdência superam os valores arrecadados com as contribuições. Como quase 70% desses benefícios são de até um salário míni-

mo, eles funcionam como renda mínima na maioria dos municípios mais pobres, garantindo algum dinamismo ao comércio local, uma vez que esses recursos ficam na cidade. Ou seja, em boa parte dos municípios brasileiros, particularmente os menores e mais pobres, os benefícios da Previdência Social atuam como forte fonte de renda da população e como fator de dinamização da economia local.

Portanto, além de não representar solução de economia para as prefeituras da maioria dos municípios brasileiros, a reforma da Previdência, tal como está sendo apresentada pelo governo, levará à ampliação da pobreza, particularmente daqueles setores que hoje vivem da aposentadoria rural e de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e pensões, com forte efeito sobre as mulheres e a população idosa, impacto na economia das cidades mais pobres e consequente aumento da demanda por serviços públicos, principalmente na área da assistência social.

# COMUNICAÇÃO



*Esta seção trata da cobertura dos veículos da imprensa tradicional brasileira sobre a reforma da Previdência e outras prometidas pelo atual governo e dos principais temas destacados sobre o Brasil na imprensa internacional. Mostra também a Previdência como um dos temas mais presentes nas redes sociais em fevereiro.*

## A Previdência na imprensa tradicional brasileira

Os veículos que formam a chamada imprensa tradicional mantêm um posicionamento comum na cobertura da política nacional. Todos são a favor da reforma da Previdência e de outras que possam diminuir os direitos do trabalhadores e aumentar o poder da elite financeira.

A lógica é a bem parecida com a da classe média tradicional: “se estiver bom para os donos do dinheiro, mais dinheiro chegará para todos”. Surpreendentemente, algumas reportagens da *Folha*, do *Estadão* e do *Valor Econômico* mostraram que existem alguns questionamentos com relação às brechas que o texto da reforma cria, como por exemplo, para revogar a PEC da Bengala, permitindo que Jair Bolsonaro indique quatro ministros para o STF durante o seu mandato, em vez de apenas dois, como vai acontecer se nada mudar.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada pelo governo ao Congresso também pretende que seja possível fazer futuras alterações na Previdência sem a necessidade de apresentação de

emenda constitucional, o que demanda aprovação de dois terços do deputados. Com a mudança, passaria a ser possível fazer alterações através de leis complementares que necessitam de maioria simples para serem aprovadas. Em editorial, o *Estadão* chegou a mencionar que o texto da PEC teria o jabuti do Paulo Guedes.

Ainda sobre a reforma, a cobertura da imprensa tradicional deixa evidente como a democracia brasileira é diminuída pela forma como os jornais trabalham. Políticos da oposição ao governo têm dito que a proposta de reforma da Previdência fragiliza os direitos do trabalhador, mas a imprensa tradicional não permite que essas vozes tenham espaço para circular nas suas audiências. É importante lembrar que no período em que o Partido dos Trabalhadores estava no governo, cada medida tomada era repercutida junto aos líderes da oposição. Aécio Neves e outros eram quase que “comentaristas oficiais” dos atos do governo.

Toda a condescendência dos veículos de comuni-

cação com a política econômica do governo não se repete com relação à figura de Jair Bolsonaro e do partido dele, o PSL. Nem os jornais nem a TV Globo têm procurado blindar o presidente e sua agremiação das suspeitas que surgiram. É evidente que não foram levantadas teses de que o PSL seja uma grande quadrilha e muito menos que a família Bolsonaro tenha ligação direta com milícias cariocas.

Ou seja, a imprensa tradicional não exerce toda a pressão de que é capaz, não está tentando desestabilizar o governo. Somente a imagem de Bolsonaro é colocada em xeque. Tal como ocorreu com relação ao caso da demissão de Gustavo Bebianno. Bolsonaro é retratado como alguém que não sabe fazer muito bem o que está fazendo, enquanto que os militares do governo aparecem como pessoas mais sensatas. Pelo visto, a confiança da grande mídia está nos militares e na ideia de que Bolsonaro seria tutelado por eles.

Se a política tem tido momentos de fervor, o mesmo não se pode dizer da cobertura sobre as questões sociais. Basta ver o que causa preocupação na imprensa estrangeira e como estes temas são negligenciados pela mídia brasileira. A questão indígena é pouco noticiada. A *Folha* chegou a relatar sobre o caso de um líder indígena na Bahia que pediu proteção em função de ameaças que vinha recebendo. O jornal também vem noticiando que o governo está ameaçando rever demarcações de territórios indígenas. Mas não há relatos sobre o quanto a violência tem aumentado e, muito menos, um acompanhamento sério da questão. O mesmo pode se dizer sobre a violência e suas vítimas.

### O Brasil na imprensa estrangeira

Os grandes jornais do mundo têm uma ampla abrangência e, por isso, as notícias sobre um determinado país dependem muito da relevância de cada nação no contexto momentâneo. Dependem também da geopolítica, é claro. Grandes potências econômicas e militares têm uma cobertura muito mais extensa e aprofundada do que países considerados emergentes ou de “terceiro mundo”.

As relações econômicas e políticas dos países que são sede dos veículos de comunicação também

afetam a estratégia de cobertura jornalística do cenário internacional. Os veículos europeus, por exemplo, apresentam diariamente reportagens sobre países africanos e do Oriente Médio. A Ásia também é alvo, mas em menor quantidade. Nos EUA, a cobertura sobre o Oriente Médio também é mais intensa e o contexto dos países asiáticos parece ter mais importância para os jornais do que os da África. Por outro lado, a América Latina é uma pauta mais constante nos jornais estadunidenses se comparado ao que publicam os europeus.

Na América do Sul, a cobertura internacional feita pelos veículos locais, mesmo os de grande porte, é bem superficial e, na maioria, são informações contratadas de agências de notícias. A complexidade das relações econômicas e políticas entre as grandes potências, os países emergentes e aqueles que são mais pobres, definitivamente, não passa pelas reportagens publicadas ou exibidas na América do Sul. Um dos veículos sul-americanos com mais abrangência e variedade de informação sobre o cenário internacional é a multi-estatal Telesur. Em termos de estrutura, a TV Globo é uma das maiores do mundo, mas faz uma cobertura extremamente superficial.

Esse raio-x mais estrutural dos interesses que influenciam a circulação de informação sobre o cenário internacional quer refletir sobre a cobertura que é feita sobre o Brasil. Nos anos em que a agitação política foi intensa, grandes veículos acompanhavam diariamente os acontecimentos da política brasileira. A crise econômica fez com que o país perdesse importância no cenário internacional, o que foi agravado pela longa estagnação da economia que dura até hoje. Dessa forma, a cobertura sobre o Brasil passou a ser sobre o que pode ser feito para que o país saia da morosidade. O contexto político também perdeu importância para os jornais estrangeiros porque a agitação social diminuiu. O processo eleitoral e a perseguição ao ex-presidente Lula foram alvo de diversas reportagens. A ascensão da extrema-direita assustou jornalistas e veículos de comunicação ao redor do mundo. O discurso de Jair Bolsonaro, repleto de ódio e preconceito, gerou críticas dos jornais estrangeiros, mas elas não chegaram até aqui. A imprensa tradicional brasileira não repercutiu nada disso e a forma como o resto do mundo enxerga Jair Bolsonaro não tem feito diferença.

A perseguição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi motivo de dezenas de reportagens fora do país, mas elas não denunciam que exista um processo político por trás da sua prisão. O que os jornais estrangeiros fazem tem um pouco mais de senso crítico. Ou seja, eles deixam claro que as provas contra Lula são poucas e que o processo judicial é duramente questionado pelo ex-presidente e por uma grande parcela da sociedade brasileira. Mas esses veículos de jornalismo não questionam a instituição Justiça porque, para eles, não faz sentido pensar que o poder judiciário não seja isento.

Em fevereiro, a revista *The Economist* publicou reportagem sobre Sergio Moro ter se tornado ministro da Justiça e o projeto “anticrime” que ele apresentou. A reportagem analisa que Moro se colocou em uma posição perigosa ao assumir o cargo porque ele vinha sendo acusado de dirigir uma operação parcial quando decidiu assumir um cargo no governo Bolsonaro.

Sobre o projeto “anticrime”, a reportagem diz que ele atende ao discurso de campanha de Bolsonaro, mas é duramente criticado por ser considerado uma autorização para que as polícias brasileiras sejam ainda mais violentas.

A violência da polícia do Brasil também foi assunto no *Le Monde*, que falou da última chacina no Rio de Janeiro, e no *The Guardian*, que noticiou os protestos após o segurança de um supermercado ter assassinado um jovem dentro do estabelecimento.

O texto informa que três quartos das vítimas de homicídio no país são pessoas negras e que está nascendo no Brasil um movimento semelhante ao “Black Lives Matter” (vidas negras importam). A rede *Al Jazeera*, do Qatar, publicou em seu site reportagem sobre o aumento da violência contra povos indígenas desde a chegada de Jair Bolsonaro ao poder. Angela Amanakwa Kaxuyana, representante de comunidades indígenas, afirmou que “por 519 anos os povos indígenas sentiram a violência”, e completou, “a diferença é que agora esses ataques são institucionalizados”.

A situação do ex-presidente Lula também foi noticiada em função da sua segunda condenação. Reportagens menos aprofundadas foram publicadas

em jornais de diferentes países. Todas informam que Lula, seus advogados e movimentos de esquerda defendem a inocência do ex-presidente e que ele é vítima de uma injustiça.

Sobre o governo de Jair Bolsonaro não foram publicadas tantas notícias. Agora, o Brasil está no alvo dos jornais estrangeiros em função da situação da Venezuela, mas as suspeitas contra o filho de Bolsonaro e as confusões dentro do PSL têm gerado algumas notícias. O *New York Times* relatou que a confiança do mercado no governo tem sofrido alguns abalos. Inclusive, com relação à capacidade de aprovar a reforma da Previdência.

### A reforma da Previdência nas redes sociais

A Previdência foi um dos temas mais debatidos nos últimos dias nas redes sociais online. O pico de menções ao tema no Twitter, por exemplo, ocorre no dia 20 de fevereiro, com um aumento de mais de 90% no volume de menções ao termo “Previdência”.

Notícias sobre o tema, por exemplo, tiveram um engajamento extremamente significativo. Entre as principais destacam-se “Trabalhador levará 40 anos para chegar a 100% do benefício na nova Previdência”, com mais de 312 mil compartilhamentos. E “Com nova Previdência, idosos de baixa renda vão receber menos que um salário mínimo” com mais de 179 mil compartilhamentos.

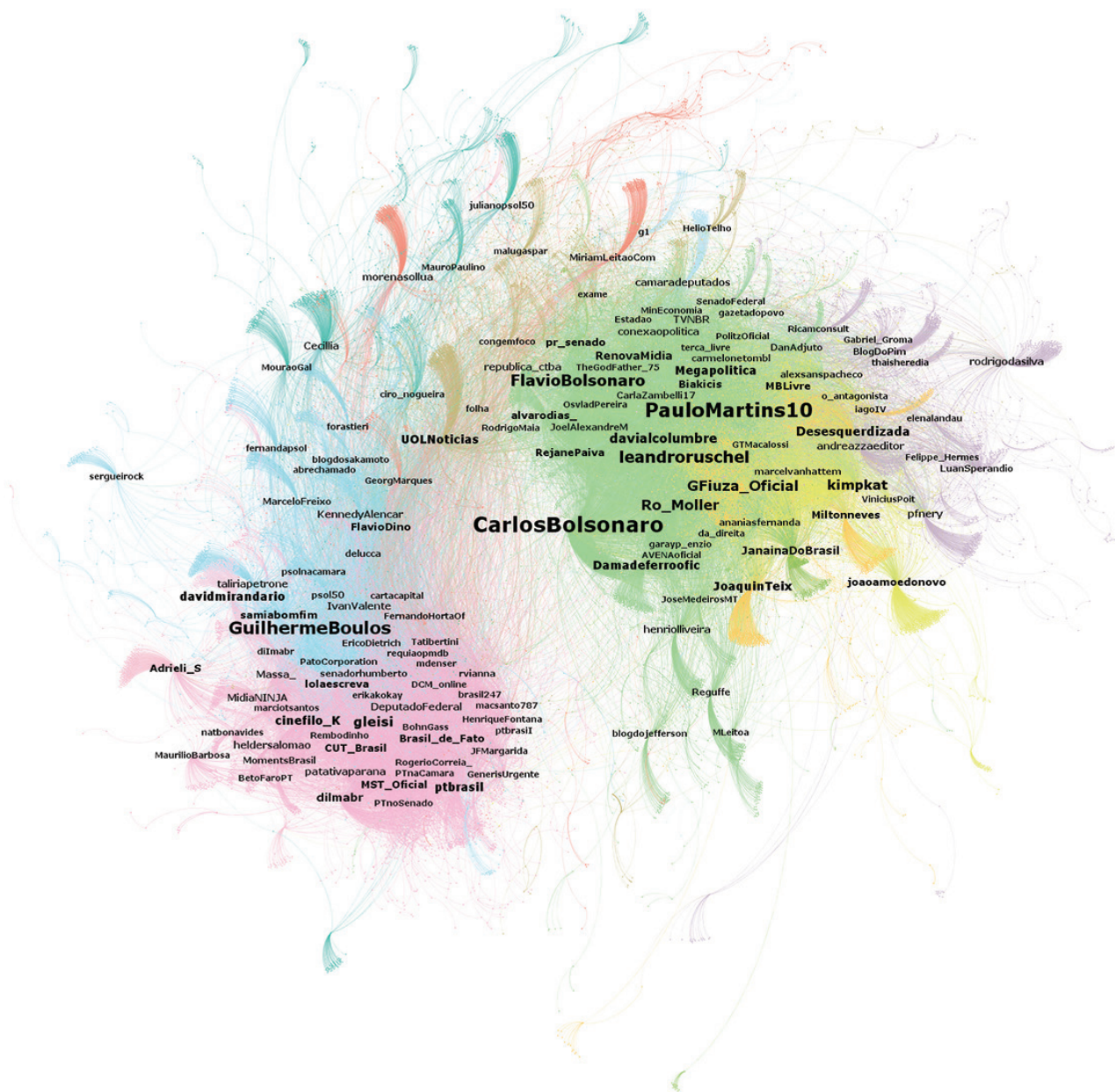
Outras notícias também tiveram grande volume de interações, mas fato é que a maior parte delas destaca dois pontos perversos da reforma nas redes sociais: os quarenta anos de contribuição para que o trabalhador consiga se aposentar e uma espécie de ataque maciço contra os mais idosos. Um dos resultados da indignação veio em formato de vídeo, e posteriormente repercutido pela Rede Brasil Atual, no qual um pedreiro desafia o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ): ‘Trabalhe 30 dias numa obra, que trabalho até os 80’. Apenas a matéria teve mais de 315 mil compartilhamentos em menos de um dia.

Já no Facebook, o cenário se apresenta um pouco mais favorável aos apoiadores de Jair Bolsonaro. No entanto, o vídeo mais compartilhado no período é do deputado Cleitinho Azevedo de Minas Gerais.



Ele ataca Rodrigo Maia e o acusa de “não saber o que é trabalho”. Na sequência, Jair Bolsonaro tem dois entre os mais engajados vídeos no Youtube em defesa da reforma. Destacam-se ainda Jandira

Feghali, MBL, Luís Miranda USA, Esquerda Diário, João Amoêdo, Paulo Eduardo Oficial, Glauber Braga e páginas de imprensa.



Acima observamos o grafo com as ocorrências capturadas durante o dia 20 de fevereiro, quando do anúncio da nova reforma da Previdência. Ele é composto por 43,9% de usuários com tendência progressista ou de elementos ligados à imprensa, mas alinhados aos agrupamentos progressistas. Já os defensores da reforma – ou a “nova previdência” – representam 52,7% do grafo. Alguns argumentos fortes na tentativa de cravar o fim das regalias:

“aproposta de reforma da Previdência enviada pelo governo acaba com a aposentadoria especial de deputados e senadores. Todos se aposentarão pelo regime geral da Previdência Social. Como sempre defendi”, colocou Paulo Martins.

Outro com forte engajamento dá a entender que os ataques aos Bolsonaro são para tirar o foco do que realmente importa: “claro que é mais urgente fazer a psicanálise da família Bolsonaro do q a reforma da

Previdência. Foi nomeada uma equipe de ponta p/ desatolar o país, mas o importante é manter o fetiche da crise nas manchetes, jogar mais uma chance de ouro no lixo e fazer disso aqui um grande BBB”.

Aqui é essencial destacar: o discurso do governo e em defesa do que vem sendo referenciado como “nova previdência” parte do pressuposto de que a reforma “vai cortar privilégios”. Assim, enquanto a linha argumentativa soa favorável aos deputados

em defesa da reforma – que estariam abrindo mão de privilégios – soa extremamente perigosa para deputados e deputadas progressistas que venham a lutar contra a “nova previdência”, uma vez que estariam estes lutando em favor de seus próprios benefícios. Portanto é essencial que voz seja dada para todos aqueles e aquelas que serão atingidos de forma perversa pela reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro.

# MOVIMENTOS SOCIAIS



*Esta seção analisa o conjunto das mudanças introduzidas pelas gestões do governo federal, desde o golpe de 2016, no tocante a legislações e métodos de gestão que aumentam a opressão à maioria da população e, ainda, retiram do orçamento público e do horizonte programas e ações de apoio às camadas mais vulneráveis. Tais mudanças, como as propostas no chamado “pacote Moro”, possuem um mesmo sentido: violador do direito à vida. Este sentido geral está exposto nos protestos dos movimentos sociais que denunciam a desigualdade e a violência, especialmente no caso do assassinato, por asfixiamento, do jovem Pedro Gonzaga, no Rio*

## Economia do terror e espaços de morte

O movimento negro brasileiro tentou, por décadas, explicar à sociedade que chamou extermínio programado por negro. Queria com isso dizer que havia um programa, uma diretriz, uma racionalidade na forma de gestão da vida de negras e negros e no Brasil; queria com isso dizer que o Estado, as empresas, as instituições de regulação e coesão da vida social possuía uma orquestração que de alguma forma planejava a morte ou impedia a vida quem trazia no corpo os signos indicando desumanização.

Tanto na denúncia da violência policial quanto na atitude de um segurança de supermercado, existiria uma mesma intencionalidade, uma mesma razão, quase uma mesma alma a selecionar quem tomará o enquadro, quem tomará tiro e quem será ignorado pela vigilância. Ocorre que ao longo dos anos este enquadramento da realidade pelo discurso do movimento negro passou a agregar um outro determinante além das marcas atávicas: o território.

A pergunta que anima esta reflexão é: que impacto terá para a população negra e periférica a ampliação

das possibilidades nas quais o policial pode lançar mão do direito de matar, proposta pelo pacote “anticrime” do ministro de Jair Bolsonaro, Sérgio Moro?

A atenção às notícias dos últimos dias traz a necessidade de dar o braço a torcer para o que a mobilização negra quer expressar. Como no caso do do jovem Pedro Gonzaga morto asfixiado pelo segurança do supermercado Extra no Rio de Janeiro; e as chacinas que vêm ocorrendo na região metropolitana do Rio de Janeiro; ou o ocorrido em Brumadinho.

Desde que Frantz Fanon observou como o poder atua nas áreas coloniais, desde que Michel Foucault descreveu a forma como este poder preserva a vida de uns e ataca a vida de outros, é inescapável concluir e associar tais fenômenos como característico do tipo de civilização que por aqui se desenvolveu, sobretudo por que os três eventos não são parte do extraordinário do Brasil. Ao contrário, eles são parte de sua rotina, são até mesmo programados, como diria o protesto negro.

Toda esta dinâmica possui uma vinculação à social à

economia, assim como o processo de industrialização passou a impor à sociedade europeia a gestão da vida potencializando as possibilidades de viver, sou seja, fazendo viver, aumentando a longevidade dos trabalhadores, cobrando mais do desempenho dos corpos.

Contudo, foi possível que dentro um mesmo estado-nação, este impulso pela vida tivesse a companhia do impulso por morte dentro de uma compreensão de que era facultado ao Estado dar cabo de algumas populações inteiras, fazendo morrer deixando morrer. Este seria o que Michel Foucault chamou de Biopolítica para os modelos ocidentais de estado-nação. E o que designava a uns a vida ou a morte era exatamente o fator racial a separar as populações.

Mas esta administração de morte e vida respeitava a um código racional que chegou a produzir tecnologias avançadas de sua gestão, poupando os cidadãos da virulência ou da barbárie. E como lembrou Aquile Mbembe, nas margens do Ocidente e do que é considerado estado-nação, e mesmo do que este considera civilização, toda esta tecnologia de gestão da vida não tem importância, todo este código e esta racionalidade não necessariamente vige e a vida e a morte, suas formas de acontecerem política e socialmente não respeitarão qualquer *etiquette*.

Esta passagem da Biopolítica para territórios que ficam além da linha do estado-nação moderno foi nomeada por Mbembe de Necropolítica, um sistema onde a morte ocuparia um lugar central no desenvolvimento dos conflitos políticos, onde a morte é produzida em escala industrial ou em que a morte possui um significado de mensagem política.

Outro autor, Michel Taussig, ao analisar a economia da borracha na região do Putumayo, entre a Colômbia e o Peru, onde índios eram “conquistados” para serem os peões desta atividade, chamou aquela região de “espaços de morte”. Traz no seu livro a seguinte passagem de Sir Edward Grey: “o número de índios mortos, seja pela fome – causada com frequência pela destruição das colheitas em regiões inteiras ou infligida como uma forma de pena de morte a indivíduos que não conseguiram entregar sua quota de borracha –, seja por um as-

sassinato proposital, através de balas, fogo, degolação, chicotadas até a morte e acompanhado por uma variedade de torturas atrozes, ao longo desses doze anos, a fim de extrair quatro mil toneladas de borracha, não pode ter sido inferior a trinta mil indivíduos e possivelmente chegou a muito mais.” O autor conta que a mando do dono do seringal, um capataz capturou seis mulheres, três homens e três crianças. Mataram seis outros índios: um menino pequeno, baleado no estômago quando tentava fugir, o cacique, a quem mataram a bala, e três homens e mulheres a quem decapitaram, segurando-os pelos cabelos, enquanto as cabeças eram decepadas com facões. Isto foi feito pelos muchachos, índios armados que trabalhavam para a companhia e se encontravam às ordens do Señor Agüero.”

Qual não é a semelhança das situações e dos raciocínios que a este parágrafo antecede com os fatos recentes que tomam o noticiário brasileiro que tratam de tragédias, chacinas e excesso de violência cometidos por homens fardados?

Para o caso que ocorreu na cidade de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, ele foi antecedido de outro ocorrido nas mesmas condições, duas barragens de dejetos da mineração que estouraram e levaram vidas de trabalhadores da Usina e moradores do entorno. Não se trata de um desastre, nem de resultado de algo mal gerido. Trata-se de um risco assumido pela administração do empreendimento, um fator assumido e previsto cujos custos – perder vidas, pagar indenizações – estavam previstos no orçamento da empresa.

Qual não seria a semelhança da frequência com que acontece as chacinas em todo o território nacional, mas principalmente nas regiões metropolitanas das capitais brasileiras? Estas, sempre associadas a algum tipo de conflitos para solucionar conflitos da economia do tráfico de drogas, ou pela disputa por poder territorial entre o poder oficial dos policiais militares e traficantes de drogas. As chacinas servem como praticamente mensagens trocadas entre lados opostos do conflito por poder econômico e as mortes vêm a ser um epifenômeno de um sistema de trocas econômicas.

Tal não é regularidade destes eventos que eles, quando não são previsíveis, também não chocam se

ao acaso virem a ocorrer. O fato de eles estarem no horizonte só torna flagrante a sua aderência ao sistema, o seu pertencimento a ele, enfim, o seu caráter, harmônico. Homens de farda e homens do tráfico alternando-se entre assassinos e assassinados envolvidos em círculo vicioso de trocas de assassinatos.

Mas isso é possível de compor o horizonte cognitivo com a formação de sujeitos cujas vidas têm valor negociável e trocável por poder territorial, econômico ou estatal. Corpos que podem ser abatidos sem clamor em contrário. É por isso que quando um segurança do Carrefour de Osasco matou um cachorro gerou muito mais comoção do quando um jovem negro Pedro H. Gonzaga, de 19 anos, foi assassinado pelo segurança do supermercado Extra.

A ordenação destes fenômenos está pré-inscrita na formação social do Brasil e sempre prescindiu de uma forma legal-estatal. Todos eles ferem a lei, mas os agentes institucionais sempre dão conta de acomodá-los na ordem diária da vida social, sobre-

tudo no que tange às instituições do judiciário.

É assim que Sérgio Moro justificou a sua proposta de excludente de ilicitude, ampliando as possibilidades legais de policiais matarem: vou apenas dar forma de lei ao que já era acolhido nas decisões do judiciário, disse ele. Pensando pelo lado econômico, este pacote venha atender a demandas inconfessáveis de uma ordem econômica que não ousa se mostrar à luz do dia, mas cujos efeitos são muito sonoros. A desindustrialização e o processo de ampliação do trabalho informal deve ter uma ordem jurídica correspondente à sua própria forma de gestão da vida e da morte.

Foi o que o protesto negro tentou dizer desde quando se reorganizou final da década de 1970, associando violência policial, costumes, desemprego e democracia. É o que ele faz hoje, levando à Comissão Interamericana de Direitos Humanos o pacote “anticrime” do governo de Jair Bolsonaro.

#### PARA SABER MAIS

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade* (Cursos do College de France). Editora Martins Fontes, São Paulo, 2016.

Mbembe, Aquiles. *Necropolítica*. N-1 edições. São Paulo, 2018.

Taussig, Michel. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem - um estudo sobre o terror e a cura*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.



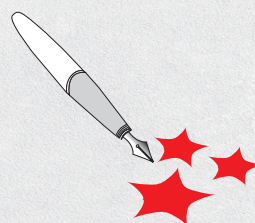
F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); William Nozaki (cientista social); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Jordana Dias Pereira, Matheus Toledo, Paulo C. Ramos e Vilma Bokany (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais) e Eduardo Tadeu Pereira (historiador). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 22 de fevereiro de 2019.

# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)